



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

JUSTIÇA RESTAURATIVA NO SISTEMA TUTELAR EDUCATIVO: PERSPETIVAS DE PROFISSIONAIS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DOS JOVENS OFENSORES

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Justiça e Comportamento Desviante-

Rafaela Gonçalves Lima

Porto, julho de 2016



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

JUSTIÇA RESTAURATIVA NO SISTEMA TUTELAR EDUCATIVO: PERSPETIVAS DE PROFISSIONAIS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DOS JOVENS OFENSORES

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Justiça e Comportamento Desviante-

Rafaela Gonçalves Lima

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professora Doutora Raquel Matos

Porto, julho de 2016

Agradecimentos

Quero expressar o meu agradecimento:

À Professora Doutora Raquel Matos, orientadora da dissertação, por toda a dedicação, disponibilidade, sugestões valiosas, críticas e apoio prestado no decorrer desta etapa. O resultado deste trabalho não seria o mesmo sem a sua preciosa ajuda.

À Professora Catarina Ribeiro pelo seu envolvimento neste projeto, foi fundamental.

À bolsista de investigação, Sofia Marques, pela disponibilidade e pelo acompanhamento próximo. A sua contribuição para a conclusão desta etapa foi muito importante.

Aos meus companheiros de dissertação, Teresa Santelmo e André Rocha Com eles pude partilhar inquietações, desabafos, dúvidas e sugestões. Não poderia ter melhores colegas de investigação.

À minha família pelo apoio que me deu ao longo destes cinco anos de curso que culminaram neste trabalho. Reconheço o esforço que fizeram e o orgulho que demonstram por concluir mais uma etapa da minha vida.

Ao meu namorado que em muito contribuiu para este percurso e que tantas horas passou a ouvir os meus desabafos. É a sua história de vida que todos os dias me inspira a querer trabalhar nesta área. Obrigada por acreditares em mim.

Por fim, e não menos importante, agradeço aos profissionais que se disponibilizaram a participar neste estudo. Sem o seu contributo este trabalho não seria possível.

Justiça Restaurativa no Sistema Tutelar Educativo: Perspetivas de profissionais sobre as experiências dos jovens ofensores

Rafaela Gonçalves Lima

RESUMO

Com a diminuição da confiança nos modelos retributivos e reabilitativos do sistema de justiça criminal, o modelo de justiça restaurativa tem vindo a mostrar-se uma alternativa apelativa (Lee, 2009). O presente estudo visa abordar a justiça restaurativa no sistema tutelar educativo, procurando conhecer o posicionamento dos profissionais sobre práticas restaurativas e a sua perspetiva sobre as experiências dos jovens ofensores nestas abordagens. Com o intuito de responder aos objetivos colocados, procedeu-se à análise do posicionamento de seis (6) participantes, todos eles profissionais que desenvolvem a sua atividade junto de jovens ofensores. No final, foi possível constatar que existe alguma indefinição e falta de clareza na definição fornecida de justiça restaurativa. Apesar de os profissionais considerarem a implementação destas práticas como sendo uma mais-valia, esta ainda se revela algo prematura em Portugal. Este estudo tem como contributo elucidar acerca do posicionamento dos profissionais sobre a implementação de medidas restaurativas e os benefícios associados para os jovens ofensores.

Palavras-Chave: Justiça Restaurativa; Sistema Tutelar Educativo; Jovens Ofensores; Profissionais.

ABSTRACT

With decreasing confidence in retributive and rehabilitative models of the criminal justice system, restorative justice model has to show an appealing alternative (Lee, 2009). This study aims to address the restorative justice in the educational tutelary system, seeking to know the placement of professionals on restorative practices and their perspective on the experiences of young offenders in these approaches. In order to meet the goals placed, proceeded to the analysis of the positioning of six (6) participants, all professionals who develop their activity with young offenders. Eventually we realize that there is some uncertainty and lack of clarity in the definition provided of restorative justice. Although professionals consider the implementation of these practices as an added value, this still reveals something premature in Portugal. This study was to elucidate contribution about the placement of professionals on the implementation of restorative measures and the associated benefits for young offenders.

Key-Words: Restorative Justice; Educational Tutelary System; Young Offenders; Professionals

1. Introdução

O presente estudo insere-se num projeto europeu, o projeto REVIJ – “Reparation to the victim in the european Juvenile Justice Systems: Comparative analysis and transfer of best practices”. Este tem como objetivo realizar uma análise comparativa das medidas previstas para as vítimas de delitos cometidos por jovens e administrados por Sistemas de Justiça Juvenil Europeus. Uma outra finalidade passa por realizar uma comparação de boas práticas detetadas a nível europeu em termos de reparação à vítima no domínio da criminalidade juvenil, com o objetivo final de propor uma série de boas práticas e diretrizes que podem ser utilizadas por profissionais e decisores políticos.

Tendo em conta que as perceções que os profissionais que trabalham diretamente com jovens ofensores têm sobre estes e as relações que ambos estabelecem durante o período em que contactam, são muitas vezes o elo mais próximo que o sistema de justiça juvenil tem com o infrator juvenil (Lewis & Howard, 2000), torna-se pertinente estudar a perceção destes profissionais quanto às medidas de justiça restaurativa aplicadas no contexto juvenil e quanto aos significados e experiências dos jovens ofensores na implementação deste tipo de medidas.

Estes profissionais procuram melhorar o desenvolvimento do jovem ofensor, o que contrasta um pouco com a meta estabelecida pelo sistema de justiça juvenil que pretende apenas reduzir a reincidência por parte do jovem (Ryals Jr., 2004). Deste modo, esta investigação mostra-se particularmente relevante no âmbito da justiça juvenil, uma vez que oferece a possibilidade de dar a conhecer os benefícios das medidas restaurativas para os jovens ofensores, proporcionando assim uma abordagem que os permita assumir a responsabilidade pelas suas ações, estando cientes das consequências que o crime trouxe para a vítima, atendendo à componente de plasticidade desenvolvimental na qual os jovens se encontram.

2. Enquadramento Teórico

A abordagem restaurativa ganhou popularidade em vários países desde a década de 1970, sendo as suas metodologias cada vez mais utilizadas como resposta a ofensas criminais (Bazemore & Umbreit, 2001). Este movimento foi inicialmente executado, a um nível muito básico, por aqueles que se encontravam descontentes com o sistema de justiça criminal existente. Posteriormente, foi recuperado por académicos que desafiaram o pressuposto

subjacente ao sistema de justiça penal da época, no qual a punição do ofensor é suficiente, ou até mesmo necessária para que a justiça seja restabelecida (Wenzel, Okimoto, Feather & Platow, 2008). Nesse momento, as alternativas apresentadas são agora comumente designadas como justiça restaurativa (Braithwaite, 1999).

Este modelo de justiça surgiu como alternativa à tradicional justiça retributiva. O modelo de justiça mais tradicional é um modelo que sacrifica os direitos fundamentais dos indivíduos (Lopes, 2006). Enquanto a justiça retributiva se refere essencialmente à reparação da justiça através da imposição unilateral de uma punição, a justiça restaurativa efetua a reparação da justiça através da reafirmação de um valor de consenso compartilhado num processo bilateral (Wenzel, Okimoto, Feather & Platow, 2008). Além disso, a justiça retributiva tem revelado algumas fragilidades. Por exemplo, as penas de prisão, como medida punitiva mais característica do sistema penal, não asseguram a restauração do ofensor, a segurança da vítima nem a resolução do conflito que ocorreu entre essas duas partes e os indiretamente envolvidos, uma vez que a reclusão não garante que os envolvidos reflitam sobre as consequências daquele crime, nem garante um entendimento dos motivos que conduziram ao conflito, para assim garantir que ele não volte a ocorrer (Pinheiro & Chaves, 2013).

A justiça restaurativa vai mais além. Esta abordagem assume que existe uma ligação mais profunda entre a vítima, o ofensor e a comunidade do que aquela que é assumida pelo sistema de justiça tradicional (Hallevy, 2011). Ou seja, a justiça restaurativa surge numa tentativa de tornar o sistema punitivo mais humano, tentando promover a harmonia entre os envolvidos, direta ou indiretamente, num conflito, dando prioridade aos motivos determinantes do litígio, a compreensão da história de vida e as motivações dos intervenientes (Pinheiro & Chaves, 2013).

Esta modalidade da justiça reúne um conjunto de estratégias que procuram juntar todos aqueles que se encontram envolvidos num delito (infratores, vítimas e membros da comunidade) num processo voluntário para promover a responsabilização dos ofensores e a reparação dos danos resultantes do crime (Bazemore & Umbreit, 2001). Desta forma, a sua principal premissa assenta no facto de o crime constituir a violação da própria pessoa e das suas relações interpessoais (Umbreit, 1994; Zehr, 1990, cit. in Allan, Beesley, Attwood e McKillop, 2014). Como consequência, os autores acreditam que, para alcançar justiça, os ofensores devem reparar o dano causado através de uma transformação que irá reduzir o

risco de ocorrerem mais ofensas na comunidade, assim como restaurar a relação entre vítimas e ofensores para preservar os seus direitos e a sua dignidade (Braithwaite, 1989, 2002, cit. in Allan et al., 2014). Segundo Umbreit e Coates (1998, cit. in Ryals Jr., 2004), as vítimas devem ter a oportunidade de ser parte ativa no processo de justiça, possibilitando que resolvam estes problemas e ganhem um renovado sentimento de segurança.

Os métodos restaurativos procuram promover a discussão sobre as consequências das injustiças e reconhecê-las como ponto de partida para colmatar os danos causados e transformar as condições que permitiram que a injustiça surgisse. Assim sendo, se os cidadãos conseguirem ver que existem consequências para os ofensores ao assumirem a responsabilidade de lidar com o dano causado, verão também menor necessidade de punição (Braithwaite, 2002).

Em resumo, os principais objetivos desta prática consistem em atender às necessidades das vítimas, sejam elas materiais, financeiras, emocionais ou sociais, prevenir a “re-ofensa” através da reintegração do ofensor na comunidade, permitir que o ofensor assuma ativamente a responsabilidade pelas suas ações, recriar uma comunidade de trabalho que suporte a reabilitação dos ofensores e das vítimas, adotando uma postura ativa na prevenção do crime e fornecer meios de evitar a escalada da justiça legal e os custos e atrasos associados (Marshall, 1999).

A justiça restaurativa também se pode deparar com alguns obstáculos. Uma vez que as práticas restaurativas se baseiam na cooperação voluntária, se uma das partes não estiver disposta a participar, o processo poderá ficar comprometido. Se nenhuma das partes quiser cooperar, não resta opção a não ser recorrer à justiça mais tradicional. As práticas restaurativas dificilmente irão predominar sobre a justiça tradicional, pois existirão sempre casos que só serão resolvidos através dos sistemas mais formais. Segundo Marshall (1999), a investigação tem demonstrado que a maioria dos indivíduos a quem é disponibilizada a opção de participar num processo restaurativo gostaria de fazê-lo e a percentagem dos acordos decorrentes desse processo é elevada. As práticas restaurativas são, pela sua natureza, mais acessíveis e mais atrativas para os indivíduos, pois permitem uma maior margem de manobra e são mais facilmente compreendidas do que os procedimentos legais. Uma mais-valia da abordagem restaurativa prende-se com o facto das medidas adotadas tenderem a ser orientadas pela ética da comunicação (Castro, 2006), pois possibilitam que os intervenientes no processo desenvolvam a responsabilidade

de encontrarem uma solução para o conflito, em vez de serem as autoridades e os profissionais de Direito os responsáveis por essa decisão (Sousa & Züge, 2011).

O sistema judicial tem capacidade para intervir em todas as esferas da realidade humana: privada, social e económica, e tem-se revelado o centro de debate constante na tentativa de transformar e melhorar a aplicação do direito. Neste sentido, a implementação da mediação como meio alternativo de resolução de litígios em matérias penais, tem merecido um lugar de destaque nos últimos anos. A mediação insere-se na resolução alternativa de conflitos, caracteristicamente humanista e construcionista, uma vez que é um procedimento de natureza consensual que funciona como alternativa à litigação em tribunal e envolva a intervenção de um terceiro neutro e imparcial face à contenda (Brown & Marriott, 1999).

A prática mais antiga, mais difundida e cuja expressão se encontra empiricamente fundamentada na justiça restaurativa é a mediação vítima-infrator (Abrams, Umbreit & Gordon, 2006). Esta prática procura atender a uma variedade de necessidades por parte da vítima, práticas essas que coincidem com os pressupostos da abordagem restaurativa. Neste processo é dada a oportunidade às vítimas de participar no processo de justiça, fornecendo-lhes um sentido de participação e controlo sobre a sua vida (Levine 2000), ao contrário daquilo que maioritariamente podemos observar dentro do sistema atual. Este processo destina-se também a incluir os ofensores, como sendo responsáveis pelo seu comportamento, ajudando-os a compreender as consequências dos seus atos ao ser confrontado com a vítima, na presença de um mediador, incentivando assim a sua reintegração na sociedade (Amstutz & Zehr, 1998). A voluntariedade por parte dos intervenientes é essencial, uma vez que a sua obrigatoriedade poderia revelar-se contraproducente e a mais-valia da mediação prende-se com o facto de a comunicação ser aberta, honesta entre a vítima e o ofensor e sem temer as consequências. Este modelo baseia-se essencialmente num processo de desjudicialização, no qual a comunicação entre os intervenientes poderá criar uma dinâmica que estimule mudanças emocionais, cognitivas e comportamentais. Assim sendo, é dada a oportunidade para que o ofensor possa compreender melhor os efeitos da sua ação, tentando promover a paz com a vítima (Tsui, 2014).

De acordo com a Direção-Geral da Política de Justiça¹, num processo de mediação vítima-infrator, os intervenientes não são limitados por requisitos legais formais e a resposta ao problema pode ser criativa e inovadora relativamente a um processo de justiça formal. Por exemplo, o infrator pode comprometer-se a ajudar a vítima em atividades quotidianas que se revelem difíceis para a mesma, compensar a vítima através de trabalho ou outros meios, entre outras variadíssimas opções que possam surgir (Hallevy, 2011). Um entendimento amigável entre as partes pode permitir soluções que um tribunal não permitiria.

A abordagem restaurativa inspirou vários programas inseridos na abordagem restaurativa. Além da mediação vítima-infrator, existem também os “community reparation boards”, “family group conference” e “sentencing circles” (Bazemore & Umbreit, 1995).

Globalmente, ao longo dos últimos vinte anos, o direito penal tem recorrido à justiça restaurativa, mas é no âmbito da justiça juvenil que o uso desta abordagem é mais prevalente (Lynch, 2010), recorrendo regularmente a programas como a mediação vítima-ofensor para resolver conflitos entre jovens ofensores e vítimas (Bradshaw, Roseborough & Umbreit, 2006).

Segundo Tsui (2014), as técnicas de justiça restaurativa tendem a diminuir os casos de reincidência numa proporção maior do que os processos judiciais tradicionais. Estas medidas procuram que as intervenções focadas no ofensor evitem novos comportamentos delinquentes.

No que diz respeito à justiça juvenil, o sistema jurídico português prevê a figura do mediador na Lei Tutelar Educativa (Lei 166/99, de 14 de Setembro), documento resultante de uma grande reforma realizada no direito de menores, reorientado numa perspetiva responsabilizadora, pedagógica e reparadora em detrimento da visão protecionista e que se aplica nos casos em que um jovem com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos pratica um ato qualificado pela lei como crime (APAV, 2012). A mediação no âmbito da Lei Tutelar Educativa apresenta-se claramente centrada no jovem ofensor, uma vez que se desenvolve no espaço de uma intervenção na qual o objetivo é a educação do menor para o direito e não a retribuição pelo crime.

¹ Consultar site: <http://www.dgpj.mj.pt>

Em Portugal, a entidade responsável pela implementação desta prática é a Direção Geral de Reinserção Social (DGRS)², do Ministério da Justiça, uma vez que funciona como órgão auxiliar da administração da justiça que tem como objetivos a reintegração social de jovens delinquentes e o apoio à jurisdição de menores. De acordo com a DGRS (2006), o processo de mediação envolve a realização de entrevistas individuais com as partes, para avaliação das condições de acesso à mediação e a realização de entrevistas com os pais ou representantes do jovem alegadamente autor da prática do facto ilícito, e da vítima se esta for menor se idade.

Este processo pode ser vantajoso na medida em que permite evitar o recurso a um processo judicial formal, por vezes estigmatizante para o jovem ofensor; possibilita responsabilizar o jovem pelas suas ações e respetivas consequências; integra na justiça juvenil, elementos compensatórios em relação à vítima; possibilita ao infrator e à vítima a participação ativa na resolução do conflito que os opõe; permite aproximar a justiça dos cidadãos, criando formas rápidas e participativas de resolução de conflitos que também atingem a comunidade (DGRS, 2006).

Desta forma, é importante refletir sobre o efeito que as práticas restaurativas têm nos jovens ofensores. Tendo em conta que a detenção dos jovens pode não ter o efeito dissuasivo pretendido, a investigação aponta que as técnicas de justiça restaurativa tendem a diminuir os casos de reincidência numa taxa superior aquela relatada nos processos judiciais (Tsui, 2014).

Umbreit, Coates e Vos (2006) afirmam que a grande maioria dos estudos realizados neste âmbito, avaliando os níveis de satisfação de vítimas e ofensores com o processo de mediação vítima-ofensor, revelam que os intervenientes expressaram uma elevada satisfação com este processo (8 em cada 10 participantes). Tal satisfação é expressada de forma consistente entre vítimas e ofensores, independentemente da sua localização geográfica, cultura e gravidade das infrações. A elevada satisfação com o processo de mediação vítima-ofensor também se traduz em níveis relativamente elevados de insatisfação com o sistema de justiça formal (Davis, 1980; Umbreit, 1995; Umbreit & Coates, 1992, cit. in Abrams, Umbreit & Gordon, 2006).

² Atualmente, a DGRSP (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais), após fusão entre DGRS e Direção Geral de Serviços Prisionais.

Tendo em conta que a delinquência juvenil é um problema social que afeta em grande escala tanto jovens, como famílias e comunidades (Mashi, Schwalbe & Ristow, 2013), torna-se pertinente atender às perspetivas dos profissionais que acompanham os jovens ofensores durante o seu contacto com o sistema de justiça, na medida em que nos possibilita perceber o significado e a experiência destes jovens em processos de justiça restaurativa.

Atualmente, no sistema de justiça juvenil, os profissionais que trabalham com os jovens ofensores têm a função de avaliar, coordenar, aconselhar e persuadir os jovens ofensores para que reduzam o risco de reincidência, para que sejam responsáveis pelo seu comportamento, para promover o seu bem-estar e para expandir suas oportunidades na vida (Griffin & Torbet, 2002, cit. in Schwalbe & Maschi, 2009). Do mesmo modo procuram promover a reabilitação de jovens delinquentes através de intervenções destinadas a reduzir a influência de fatores de risco e aumentar o poder dos fatores de proteção (Torbet & Thomas, 2005, cit. in Schwalbe & Maschi, 2009).

O objetivo máximo das práticas restaurativas no âmbito da justiça juvenil consiste em reintegrar os jovens na sua comunidade, surgindo assim respostas restaurativas como meios autónomos de reação jurídico-penal com maior probabilidade de eficácia comparando com que a resposta tradicional (Aguiar, 2012). Esta abordagem procura estimular o jovem ofensor para que, com os seus próprios mecanismos, possa reintegrar-se na sociedade, representando uma nova oportunidade de socialização para as partes.

3. Método

O principal objetivo deste estudo empírico consiste em conhecer quais as perspetivas dos profissionais sobre as medidas de justiça restaurativa no âmbito tutelar educativo e sobre os significados e experiências dos jovens ofensores na implementação deste tipo de medidas. Para tal, optámos pela metodologia qualitativa, que consideramos ser a mais adequada para responder aos objetivos propostos, uma vez que esta remete para as qualidades das entidades, os processos e significados que não podem ser experiencialmente analisados ou medidos em termos de quantidade, valor, intensidade ou frequência (Denzin & Lincoln, 2000, p.8). O foco do estudo recai sobre as perspetivas dos profissionais, as suas visões subjetivas e os significados que atribuem à experiência dos jovens ofensores num processo restaurativo. Partindo de uma abordagem fenomenológica,

torna-se possível aceder à experiência dos sujeitos, ficando a par dos seus conhecimentos e dos significados que lhes são atribuídos.

3.1 Participantes

A amostra é constituída por seis (6) participantes que desenvolvem a sua atividade profissional junto de jovens ofensores, três (3) em meio institucional e três (3) na aplicação de medidas na comunidade. A amostra é não probabilística, ou seja, uma amostra “selecionada tendo como base critérios de escolha intencional sistematicamente utilizados”, recorrendo à técnica de amostragem por conveniência, utilizando “um grupo de indivíduos que esteja disponível” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 215).

Foram criados códigos para cada participante, de forma a proteger a sua identidade. A designação “*Instituição*” diz respeito aos profissionais que desempenham atividade em meio institucional e a designação “*Comunidade*” diz respeito aos profissionais que aplicam medidas na comunidade.

A tabela 1 mostra a caracterização da amostra segundo o sexo, idade e anos de experiência profissional.

Tabela 1 - Caracterização dos participantes

<i>Código</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>Anos de Experiência Profissional</i>
<i>Instituição 1</i>	Feminino	Quarenta e Nove (49)	Vinte e Cinco (25)
<i>Instituição 2</i>	Masculino	Cinquenta e Nove (59)	Trinta (30)
<i>Instituição 3</i>	Masculino	Trinta e Sete (37)	Quinze (15)
<i>Comunidade 1</i>	Feminino	Quarenta e Nove (49)	Vinte e Três (23)
<i>Comunidade 2</i>	Feminino	Cinquenta e Quatro (54)	Vinte e Sete (27)
<i>Comunidade 3</i>	Feminino	Quarenta e Nove (49)	Vinte e Oito (28)

3.2 Instrumentos

Para dar resposta às questões de investigação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos profissionais da amostra. A entrevista possibilita aceder à perspetiva dos técnicos, permitindo descrevê-los e compreendê-los (Duarte, 2004). Esta é uma forma de “(...) captar discursivamente, com profundidade simbólica e densidade narrativa, os respetivos pontos de vista sobre determinadas práticas, experiências e interações” (Ferreira, 2014, p.168).

Como tal, recorremos a um guião de entrevista semiestruturado designado por “Guião de Análise de Boas Práticas nos Serviços de Justiça Restaurativa no âmbito do Sistema de Justiça Juvenil (Matos, Ribeiro, Cunha, Soares, Santelmo, Lima & Rocha, 2015)”. Este instrumento foi criado no âmbito do Projeto REVIJ (2013), com o intuito de analisar a forma como diferentes profissionais percebem e aplicam medidas restaurativas. Para que a informação recolhida fosse mais detalhada tendo em conta os participantes deste estudo, as questões do guião previamente nomeado foram afinadas, dando resultado a um guião específico para técnicos que trabalham com jovens ofensores (ver ANEXO I).

3.3 Procedimentos de Recolha e Análise de Dados

Numa primeira fase, os participantes foram contactados para aderirem à presente investigação, sendo também explicado qual o objetivo final. Antes da realização de cada entrevista, os participantes assinaram um consentimento informado (ver ANEXO II), no sentido de garantir que tiveram conhecimento do estudo, da confidencialidade dos dados e da possibilidade de desistirem da investigação.

As entrevistas foram realizadas individualmente, nos contextos de trabalho dos participantes, e foram gravadas, transcritas de forma integral e posteriormente analisadas. Procedemos à organização da informação por categorias com recurso ao software informático Nvivo9. Na análise dos dados recolhidos, o recurso a este programa foi o mais indicado uma vez que possibilita codificar a informação e criar categorias que auxiliam a organização da informação de um número considerável de dados para depois responder aos objetivos de investigação (Lage, 2011).

Partindo do guião de entrevista utilizado, foram determinadas categorias à priori que correspondiam aos objetivos previamente definidos. De seguida, após efetuar uma leitura

flutuante de duas entrevistas, conseguimos perceber se as categorias criadas eram adequadas à informação que ia surgindo. Percebemos que era necessário criar novas categorias e estabilizámos a grelha para a análise dos restantes dados. Embora no âmbito do projeto REVIJ se tenha criado uma grelha de categorias mais ampla, neste estudo focámo-nos nas seis (6) categorias que melhor permitiam responder aos objetivos definidos (Cf. Tabela 2).

Tabela 2 - Sistema de categorias³

<u>CATEGORIAS</u>	<u>SUBCATEGORIAS</u>
A. Experiência ao nível das práticas de justiça restaurativa	A1. Sem experiência
	A2. Com experiência no sistema de justiça juvenil
	A3. Com experiência noutros contextos de justiça
B. Definição pessoal de justiça restaurativa	B1. Definição pessoal
	B2. Definição por comparação com justiça retributiva
C. Perspetiva sobre a implementação de práticas baseadas em princípios restaurativos em Portugal	C1. Quantificação de implementação de práticas de justiça restaurativa
	C2. Práticas mais utilizadas
	C3. Práticas menos / pouco utilizadas
	C4. Razões que justificam a escassez de aplicação de práticas restaurativas
	C5. Tipos de crime em que as práticas são mais implementadas
	C6. A vítima não é atendida nas práticas de justiça
D. Benefícios/Impacto positivo das práticas restaurativas	D1. Para as vítimas
	D2. Para os ofensores
	E1. Para as vítimas

³ Seguem em Anexo (ANEXO III e ANEXO IV) a informação pormenorizada sobre a descrição das categorias e a respetiva árvore de categorização com referência ao discurso dos participantes.

E. Impacto negativo das práticas restaurativas	E2. Para os ofensores
F. Experiências e Significados dos jovens ofensores em relação às práticas restaurativas	F1. Valorização destas práticas
	F2. Adesão
	F3. Resistência

4. Resultados

Definição de justiça restaurativa

Começando pela definição pessoal que os profissionais têm de justiça restaurativa, de forma geral, os participantes são consensuais quando afirmam que a abordagem restaurativa pretende integrar tanto a figura da vítima como a do ofensor na resolução do dano causado [*“abordagem consertada quer junto dele (ofensor), quer junto da alegada vítima e outras figuras importantes para a resolução desse conflito...”*] (Comunidade 1)]. Um dos profissionais fornece uma definição mais detalhada e reveladora de um maior contacto com aquilo que entende ser a justiça restaurativa [*“entendo a justiça restaurativa como uma forma de se aplicar a lei, em que não prevalece a questão da sanção, não a questão da reabilitação por si, mas sim a possibilidade de intervir junto do ofensor e da vítima, conciliando interesses, dando oportunidade a ambos de demonstrarem o seu ponto de vista e de ali chegarem a um consenso, idealmente que seja um consenso que ajude não só a reparar, enfim, o dano e o impacto que o ato delituoso teve, mas que ajude quer ofensor, quer vítima, a retirar dali algo que lhes permita o crescimento pessoal.”*] (Comunidade 2)]. Dois (2) dos seis (6) profissionais mencionam também que é pretendido que um processo de justiça restaurativa ocorra extrajudicialmente [*“Extrajudicialmente, não é?!...ele poderá entrar numa fase inicial, mas depois é desviado para um contexto extrajudicial...”*] (Instituição 1)]; *“a justiça restaurativa vejo como um meio privilegiado...para a resolução em situações de...em que há vítimas e ofensores e sobretudo numa tentativa de evitar a judicialização da própria intervenção.”* (Comunidade 3)].

À medida que vamos analisando os discursos dos profissionais percebemos que na sua maioria, tendem a assumir justiça restaurativa como sinónimo de mediação

[“*simultaneamente tem a vítima, tem o ofensor e portanto, faz ali um contraponto, faz ali, pronto, uma oportunidade de conjugar interesses e portanto, fazer alguma mediação...*” (Comunidade 2)]. Apesar de a mediação vítima-ofensor ser uma das abordagens mais aplicadas no âmbito da justiça restaurativa (Abrams, Umbreit & Gordon, 2006), estas duas práticas não são sinónimas. A mediação está contida na justiça restaurativa, fazendo parte desta um variado leque de práticas. No contexto da justiça juvenil em Portugal, através da Lei Tutelar Educativa (Lei N.º 166/99 de 14 de setembro), a mediação é uma possibilidade de entre um conjunto de práticas de cariz restaurativo. Destacam-se medidas como a Reparação ao Ofendido (Artigo 11.º)⁴, Prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade (Artigo 12.º)⁵ ou a Imposição de Regras de Conduta (Artigo 13.º)⁶.

Experiência ao nível das práticas de justiça restaurativa

Nesta categoria foram codificadas referências que remetem para a experiência dos profissionais com práticas de justiça restaurativa, sobretudo em contexto juvenil, percebendo a existência, ou não, de contacto com estas práticas.

Cinco (5) em seis (6) profissionais revelam não possuir experiência ao nível de práticas restaurativas [“*Nenhum. A isso eu posso-lhe responder e é fácil, nenhum*” (Instituição 2); “*Nem faz parte do nosso vocabulário. Sob o ponto de vista de prática não...*” (Instituição 2)], nem ter conhecimento da sua aplicação [“*sei que está previsto na lei tutelar educativa, (...) mas na prática não tenho conhecimento da sua aplicação*” (Instituição 1)]. Apenas um dos participantes, profissional que aplica medidas na comunidade, revelou ter tido contacto com este tipo de práticas, afirmando que a lei preconiza a intervenção a nível restaurativo [“*na área específica que trabalho, que é o tutelar educativo, hum, poderemos entender que há ali algumas finalidades com características de conciliação, de carácter de justiça restaurativa...*” (Comunidade 2)]. As medidas que este profissional identifica como sendo de cariz restaurativo são a suspensão provisória do processo, as tarefas a favor da comunidade e a reparação ao ofendido.

⁴ Artigo 11.º, da Lei N.º 166/99 de 14 de setembro.

⁵ Artigo 12.º, da Lei N.º 166/99 de 14 de setembro.

⁶ Artigo 13.º, da Lei N.º 166/99 de 14 de setembro.

Como referimos anteriormente, apesar de a lei prever medidas de carácter restaurativo (Lei Tutelar Educativa, Lei N.º 166/99 de 14 de setembro) com os quais pelo menos três (3) dos participantes – profissionais que aplicam medidas na comunidade –, têm contacto, dois (2) deles não assumem estes contactos como constituindo experiência ao nível de práticas restaurativas. Este dado permite-nos questionar até que ponto os profissionais estarão esclarecidos sobre o que consiste a abordagem restaurativa e quais os seus pressupostos, pois existe aqui um elo de ligação entre as medidas educativas e esta abordagem que não parece ser claro na perspetiva destes profissionais. Mostra-se também pertinente referir que as definições que os profissionais apresentam de justiça restaurativa, e que discutimos no início deste tópico, não advêm da sua prática.

Perspetiva sobre a implementação de práticas baseadas em princípios restaurativos em Portugal

Todos os profissionais entrevistados, à exceção de um, referem que em Portugal não são implementadas práticas restaurativas, nomeadamente na área tutelar educativa [*“Relativamente à tutelar educativa não, não há prática de justiça restaurativa”* (Comunidade 1)], informando ainda que as funções por si desempenhadas não contemplam a execução deste tipo de medidas [*“...nem nós, no âmbito das nossas funções desenvolvemos uma ação que se pode qualificar nesse âmbito”* (Comunidade 1)].

Um técnico que trabalha na implementação de medidas na comunidade considera que estas práticas são implementadas em Portugal. Salaria, contudo, que tais medidas são aplicadas de forma pontual e de forma não estruturada [*“Eu penso que neste momento, o que se faz de justiça restaurativa ainda será muito residual”* (Comunidade 2)]. O mesmo profissional menciona que mesmo que a lei contemple este tipo de práticas, elas não são tão concretizadas quanto poderiam ser [*“depois na prática, enfim, não é assim tão rentabilizado...”* (Comunidade 2)].

Constatou-se também que os profissionais que afirmavam que as práticas restaurativas não eram implementadas em Portugal procuravam de certa forma proteger a sua opinião, salientando que apesar de não terem conhecimento não implicava necessariamente que estas medidas não se implementassem [*“Eu não*

tenho conhecimento de tudo...mas posso admitir que, pontualmente, alguém tenha... Ou seja, uma coisa é alguém pontualmente ter reunido uma vítima num lado qualquer, num sítio qualquer, mas de forma, uma intervenção de forma estruturada, criteriosa, não” (Instituição 2)].

O participante que reconhece a implementação de medidas de cariz restaurativo em contexto juvenil, refere que a prática restaurativa que é mais comumente aplicada é a realização de tarefas a favor da comunidade, salientando que *“essas contêm em si uma perspetiva restaurativa”*. De acordo com o mesmo profissional a reparação ao ofendido é a medida restaurativa menos utilizada, não sendo *“tão aplicada quanto se poderia supor”*.

Quando questionados sobre as possíveis razões que para a escassez da aplicação destas medidas, os profissionais indicam que tais razões se prendem com o facto de estes processos só poderem ser iniciados por indicação do tribunal [*“se o tribunal não determinava a mediação, nós não tínhamos a possibilidade de fazer por iniciativa própria...”* (Comunidade 2)], caso contrário não poderá ocorrer de forma voluntária por parte das equipas tutelares educativas. Um dos profissionais informa que num determinado espaço de tempo a equipa na qual desempenha funções propunha este tipo de abordagem ao tribunal, mas este procedimento mostrou-se incompatível com o volume de trabalho existente [*“Poderíamos em algumas circunstâncias propô-la ao tribunal e se ela viesse diferida então passaríamos à mediação. Esse próprio procedimento passou a verificar-se que não era compatível com... quer com os volumes de processos de trabalho, quer com os próprios procedimentos que depois o próprio tribunal vai assumindo, não é?”* (Comunidade 2)]. Um outro profissional reconhece que Portugal possui uma lei muito esclarecedora no que diz respeito a medidas restaurativas, no entanto essas não são colocadas em prática [*“E talvez o problema passa também, não podemos ter uma lei também que tenha uma, uma excelência de medidas, mas depois não tem aplicação prática.”* (Comunidade 3)].

Mais uma vez importa aqui salientar a tendência que os participantes têm para falar de mediação como se essa fosse sinónimo de justiça restaurativa. Esta junção de conceitos por parte dos profissionais implica que a análise desta informação seja bastante criteriosa, sendo necessário tratar os dados sempre com esta distinção em mente.

Os profissionais identificam que as medidas restaurativas poderiam ser aplicadas com mais regularidade em delitos de menor gravidade [*“Estamos a falar de casos muito pequenos”* (Instituição 2)], afirmando inclusive que *“no tipo de crime de danos mais diretos, em que o próprio lesado é também quem promove a queixa junto do tribunal”* são situações nas quais a medida de reparação ao ofendido poderia ser aplicada com mais frequência. Esta informação vai ao encontro do que ao argumento presente na literatura de que uma das limitações das práticas restaurativas se prende com a sua inadequabilidade aos vários tipos de crime (Marshall, 1999), revelando-se com maior eficácia e adesão em delitos de menor gravidade.

Uma outra observação feita por estes profissionais prende-se com o facto de a vítima não ser atendida durante estes processos nos quais participam [*“Nunca a vítima é chamada na execução destas medidas”* (Comunidade 2); *“raramente tenho contacto com vítimas”* (Instituição 2)]. Ou seja, de certa forma, de acordo com o relato dos profissionais, parece que os serviços se encontram completamente separados. Os profissionais em questão só trabalham com ofensores, enquanto outros técnicos só trabalham com vítimas. Através deste dado percebemos que uma das premissas centrais da abordagem restaurativa que nos impulsiona a reunir estratégias que procuram juntar ofensores, vítimas e comunidade num processo voluntário para promover a responsabilização dos ofensores e a reparação dos danos resultantes do crime (Bazemore & Umbreit, 2001), não acontece. Pelo que podemos perceber, a decisão pela adoção de medidas de cariz restaurativo acontece de forma isolada das partes envolvidas.

Benefícios/Impacto positivo das práticas restaurativas

De forma consensual, todos os profissionais entrevistados identificam que a adopção de medidas restaurativas contribui para que o processo de reparação ocorra de forma célere e sem estigmatizar o ofensor [*“impedir-se-á que o processo progrida para uma fase jurisdicional e que haja aqui toda uma conotação, estigmatização, redução de custos...”* (Comunidade 1)]. Alguns profissionais indicam ainda que as práticas restaurativas surgem como uma *“figura de desjudicialização”* (Comunidade 1), isto é, ao aplicar estas medidas surge a oportunidade de o jovem ofensor poder resolver o conflito em meio extrajudicial, diminuindo potencialmente fatores como a

estigmatização [*“será produtivo porque será um processo que evitará estigmatização, permitirá uma resolução mais adequada para ele próprio da resolução do conflito...”* (Comunidade 1)]. Um dos profissionais afirma que a vantagem principal é *“não haver a privação de liberdade”* (Comunidade 3), sendo que esta condição permite que a intervenção com o jovem ofensor seja feita no seio da sua comunidade, trazendo assim mais benefícios a longo prazo. Ou seja, os profissionais vão ainda mais longe ao expressar a sua opinião e afirmam que os jovens nem deveriam chegar aos tribunais.

Os participantes apontam ainda que será positivo para o ofensor participar neste tipo de processo, pois desta forma o jovem sente que é um membro ativo na resolução do conflito por si gerado [*“ao permitir-se perceber que ajudou na sua resolução (...), isso é sempre positivo”* (Comunidade 2)]. Esta informação está de acordo com a literatura existente, pois de acordo com estudos realizados (Umbreit et al., 2005), e de acordo com os pressupostos teóricos, a prática revela que os programas de justiça restaurativa têm proporcionado uma série de benefícios, especialmente a jovens ofensores. De acordo com Umbreit et al. (2005), quando efetuados grupos de comparação, os jovens que participaram em programas restaurativos relataram de forma significativa ter experienciado um maior sentimento de justiça, mostrando-se com maior propensão para completar com sucesso a sua obrigação de restituição. Um outro dado relevante surge através de um dos profissionais que refere que *“a prevenção da reincidência é (...) dos ganhos que está demonstrado pelos mais variados estudos, que as medidas de justiça restaurativa mais trazem aos próprios ofensores”* (Comunidade 3). Tal dado vai de encontro à informação reportada na literatura, pois segundo Tsui (2014), as técnicas de justiça restaurativa tendem a diminuir os casos de reincidência numa proporção maior do que os processos judiciais comuns. A mesma ideia é compartilhada por Pinheiro e Chaves (2013), afirmando que a reclusão não garante que os envolvidos reflitam sobre as consequências daquele delito, nem garante um entendimento dos motivos que conduziram ao conflito, para assim garantir que ele não volte a ocorrer.

Tendo em conta que estamos a falar de jovens ainda em desenvolvimento, os profissionais consideram que os pressupostos da justiça restaurativa se revelam bastante pertinentes nesta fase etária [*“Estamos a falar de gente que está a crescer e que à luz da lei é abordada de determinada forma, de uma forma especializada, por*

assim dizer. Portanto, os pressupostos fazem sentido” (Instituição 2)]. A aplicação de medidas restaurativas é vista pelos profissionais como uma oportunidade que permitirá ao jovem ofensor o seu desenvolvimento pessoal, possibilitando assim o seu crescimento e aquisição de competências [*“O ofensor, ajuda-o a reformular as suas cognições, a entender o que é que é o ilícito, entender o que a sociedade espera do seu comportamento. Acho que ajudará, deverá ser um momento potenciador de uma reflexão, não é, e que acrescente algo ao ofensor”* (Comunidade 2)].

Embora se foquem sobretudo nos jovens com quem trabalham – os ofensores –, os profissionais entrevistados identificam também algumas vantagens para as vítimas. Estes referem que se as próprias concordarem que a abordagem restaurativa esta é uma forma possível de resolver a situação da qual foram alvo, este poderá ser um processo vantajoso [*“Se a vítima também vai colaborar no processo de conciliação e de chegar a um acordo (...) se sente retratada e ressarcida nesse mesmo acordo”* (Comunidade 2); *“o sentido de reparação poderá ser muito maior...em ter um poder inclusivamente de participar na definição ou na...lá está, na construção da própria medida e sentir que foi reparada, o sentido reparador...que se pretende com a aplicação destas medidas”* (Comunidade 3)]. Este último excerto vem confirmar os argumentos expostos por Umbreit e Coates (1998, cit. in Ryals Jr., 2004), sendo que estes afirmam que as vítimas devem ter a oportunidade de ser parte ativa no processo de justiça, pois este procedimento possibilita a resolução destes problemas e o ganho de um renovado sentimento de segurança. As vantagens apontadas para a figura da vítima contemplam ainda o facto de através de medidas restaurativas o processo de resolução do conflito se tornar *“menos moroso do que se continuasse pela via judicial”*. A indicação de vantagens para a vítima por parte dos participantes revela-se um fator interessante, tendo em conta que mencionam não ter contato com estas, mas, todavia, referem-se a si.

Globalmente, os benefícios enunciados pelos profissionais vão de encontro a alguns dos principais objetivos da abordagem restaurativa, tendo em conta que estes consistem em atender às necessidades das vítimas, prevenir a reincidência através da reintegração do ofensor na comunidade e permitir que o ofensor assuma ativamente a responsabilidade pelas suas ações (Marshall, 1999).

Impacto negativo das práticas restaurativas

No que diz respeito aos jovens ofensores, cinco (5) em seis (6) profissionais não identificam desvantagens num processo de justiça restaurativa [*“Não me parece que haja desvantagens”* (Comunidade 1)]. Contudo, é possível identificar fatores que poderão influenciar o sucesso destas medidas, como por exemplo o nível de preparação do jovem ofensor para participar em medidas restaurativas [*“por ser um processo que deverá demorar mais algum tempo, não é, sobretudo a questão da disponibilidade, de estar motivado para...”* (Comunidade 2)].

Quanto às vítimas, dois (2) em seis (6) profissionais referem não identificar desvantagens [*“Não me parece que haja desvantagens a menos que a própria identifique essas mesmas desvantagens”* (Comunidade 1); *“Quanto às desvantagens, poderá ser como tudo. Poderá haver e poderá não haver”* (Instituição 2)]. Contudo, surgem sempre questões como o facto de a vítima se expor novamente perante o ofensor, existindo a possibilidade de ocorrer vitimação secundária [*“muitas vezes, eu acho que as pessoas se sentem duplamente vitimizadas”* (Comunidade 2)]. Por vezes, a vítima poderá também sentir que as medidas adotadas não serão as que mais satisfazem o sentimento de reparação do dano sofrido [*“Muitas vezes, pela aplicação de uma sanção (...), vamos imaginar que houve ali prejuízo em termos de dinheiro, tem que ser uma retribuição pecuniária e às vezes a vítima sente que isso não é suficiente”* (Comunidade 2); *“Ou até nem é esse tipo de retribuição que a compensa do seu aspeto emocional, do seu aspeto afetivo, tudo aquilo que mexeu com ela”* (Comunidade 2)].

Nestas últimas duas categorias, relativas às vantagens e às desvantagens das práticas restaurativas, constatou-se mesmo os profissionais que referiram inicialmente não ter contacto com medidas restaurativas, fazem neste ponto uma exposição daquilo que consideram ser aspetos positivos e negativos da envolvência dos jovens ofensores e das vítimas em práticas restaurativas.

Experiências e Significados dos jovens ofensores em relação às práticas restaurativas

Quando questionados sobre o nível de adesão dos jovens às práticas restaurativas, os profissionais consideram que estes aderem em grande percentagem quando lhes são propostas medidas deste cariz [*“temos uma pluralidade de situações, mas na*

grande maioria e sobretudo no momento inicial, revela ou verbaliza estar disposto a colaborar” (Comunidade 2)]. Este dado é consensual com a literatura existente, dado que a investigação tem demonstrado que a maioria dos indivíduos a quem é disponibilizada a opção de participar num processo restaurativo revela motivação para fazê-lo e a percentagem dos acordos decorrentes desse processo é elevada (Marshall, 1999).

Referem ainda que apenas uma minoria dos jovens cria inicialmente resistência a este tipo de propostas [*“Que não quer, que não está disponível, que não vê sentido nenhum, que rejeitem em absoluto, não quer voltar a olhar para a vítima, por exemplo.”* (Comunidade 1)], por variadas razões que se prendem com características do próprio ou questões de patologias associadas [*“Por questões que têm a ver com o comportamento, questões que têm a ver com patologias, questões que têm a ver que com o próprio, com as próprias características e perfil que não permite atingir mais resultados neste contexto”* (Instituição 2)].

Em síntese, se na sua maioria [cinco (5) em seis (6) participantes], afirmam não possuir experiência ao nível da justiça restaurativa, como conseguem se posicionar relativamente ao nível de adesão dos jovens a estas medidas quando questionados sobre o mesmo? Enquanto a profissional (Comunidade 2) afirma serem implementadas medidas restaurativas, como a realização de tarefas a favor da comunidade, a suspensão do processo ou a reparação ao ofendido, os restantes entram numa certa contradição.

Contudo, de acordo com a informação fornecida pelos profissionais, seja ela resultado de experiência própria ou mera suposição, estes consideram que na sua grande maioria, os jovens ofensores valorizam a oportunidade de participarem em medidas de cariz restaurativo [*“perante este tipo de proposta, eles próprios também percebem que é uma forma bem mais confortável de resolução do conflito, não é?”* (Comunidade 1); *“É visto como uma oportunidade”* (Comunidade 1)]. Por exemplo, atendendo às tarefas a favor da comunidade, os profissionais mencionam que os jovens concretizam este tipo de medida com bastante satisfação, pois compreendem a finalidade da sua execução e sentem que contribuíram para reparar o dano previamente causado [*“Eles conseguem perceber muito bem, com muita facilidade, que embora digamos o prejuízo, o dano, a ofensa que terão desenvolvido junto de uma determinada pessoa,*

que ao transporem para uma atividade em benefício da sociedade no seu todo, com um carácter quase até de voluntariado, eles acolhem isso com muita satisfação e reconhecem que é justo. Eles usam muitas vezes essa expressão, “é justo eu fazer isto” (Comunidade 2)]. A valorização que os jovens ofensores atribuem à participação em medidas restaurativas vai de encontro aquilo que a literatura nos reporta, atendendo que o modelo restaurativo se baseia essencialmente num processo de desjudicialização, no qual a comunicação entre os intervenientes poderá criar uma dinâmica que estimule mudanças emocionais, cognitivas e comportamentais (Tsui, 2014).

Todos os profissionais salientam, contudo, que os jovens em questão precisam de ter atingido um certo nível de desenvolvimento moral, no qual sejam capazes de se colocar no lugar do outro, do “ofendido”, pois só assim é possível intervir de forma eficaz e com resultados continuados no tempo [*“Levá-los a refletir e, de facto, muitas vezes nota-se que é a primeira vez que estão a tomar, que estão a ter essa perceção. Penso que nestas idades têm muito pouco desenvolvida essa capacidade de se deixarem de estar autocentrados, para se colocarem no ponto de vista do outro. Portanto, também é uma competência que está em desenvolvimento, a capacidade de descentração. Mas traduzida no ato em si, muitas vezes não se puseram no ponto de vista do outro” (Comunidade 2)]*.

5. Conclusão

Na análise do posicionamento dos profissionais sobre práticas restaurativas e a sua perspetiva sobre as experiências dos jovens ofensores nestas abordagens, constatou-se uma certa incoerência quando definiam justiça restaurativa. Nos seus discursos denota-se alguma indefinição e falta de clareza naquilo que entendem ser a abordagem restaurativa. Apesar de as perspetivas dos profissionais acerca da justiça restaurativa serem globalmente positivas, uma vez que consideram esta abordagem fundamental e que deveria ser um instrumento ao dispor da sociedade, este modelo ainda revela uma implementação prematura no nosso país.

Decorrente desta análise podemos afirmar que as práticas restaurativas são consideradas úteis, sendo possível apontar um maior número de vantagens vindas da aplicação de práticas restaurativas. Para o jovem ofensor concluímos que aderir a um

processo restaurativo diminuirá o estigma associado. Será uma oportunidade de crescimento pessoal, a qual proporcionará ao jovem reformular suas cognições possibilitando assim a alteração do seu comportamento. Ao aderir a uma medida de cariz restaurativo, pretende-se que o jovem adquira a competência de se colocar no lugar do outro, neste caso da vítima. Para a figura da vítima, as vantagens traduzem-se essencialmente em ganhos significativos do ponto de vista psicológico, contribuindo para um processo mais célere que lhe permite recuperar a nível emocional. O Estado também beneficiaria de uma implementação mais vasta de medidas restaurativas, uma vez que possivelmente reduziria o volume de processos existentes nos tribunais portugueses e os respetivos custos associados.

Contudo, numa abordagem que, por definição, consiste numa resposta à ofensa baseada na reparação dos danos causados por uma infração, tendo como objetivo final a reconciliação entre vítima e ofensor, pode soar estranho o facto de estes profissionais não terem contacto com a figura da vítima. Embora consigam conceber vantagens e desvantagens para a vítima, assumem que não têm experiência de trabalhar com estas. Este aspeto contraria aquele que é um dos pressupostos basilares da justiça restaurativa - a reparação da justiça através da reafirmação de um valor de consenso compartilhado num processo bilateral, entre vítima e ofensor. Contrariamente ao que é teoricamente esperado, segundo os dados recolhidos, quem maioritariamente decide o que será reparador para o jovem ofensor são figuras pertencentes ao sistema de justiça formal, como por exemplo a figura do juiz.

Neste momento existem duas opiniões distintas relativamente à legislação existente em contexto juvenil. Por um lado, existem profissionais que referem que a lei não é clara relativamente às medidas existentes e aos procedimentos a adotar. Por outro lado, há profissionais que afirmam que a lei existente é bastante clara e permite aplicar um leque variado de medidas com cariz restaurativo. Contudo, parece-nos pertinente salientar que, no caso de Portugal se mostrar interessado em desenvolver a área da justiça restaurativa, nomeadamente na área tutelar educativa, deveria investir em dispositivos específicos para o efeito, pois ainda reside uma certa incerteza nos procedimentos a adotar e na distribuição de encargos no que diz respeito a este tipo de práticas. Tal como estes profissionais sugerem, seria também oportuno formar profissionais especializados para este efeito, localizando-se estes profissionais

extrajudicialmente, de forma a não “contaminar” o processo com o estigma associado a um processo judicial.

Uma outra recomendação passaria por analisar as práticas aplicadas noutros países e que têm vindo a mostrar-se bem-sucedidas, de forma a futuramente serem aplicadas no contexto português.

6. Referências Bibliográficas

Abrams, L.S., Umbreit, M., & Gordon, A. (2006). Young Offenders Speak About Meeting Their Victims: Implications for Future Programs. *Contemporary Justice Review*, 9 (3), 243-256. DOI:10.1080/10282580600827835

Aguiar, M. H. (2012). Justiça restaurativa aplicada à delinquência juvenil (dissertação de mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

Allan, A., Beesley, S. M., Attwood, B., & McKillop, D. (2014). Apology in Restorative and Juvenile Justice. *Psychiatry, Psychology and Law*, 21 (2), 176-190, DOI:10.1080/13218719.2013.803274.

Amstutz, L. S. & Zehr, H. (1998). Victim Offender Conferencing in Pennsylvania’s Juvenile Justice System. *Juvenile Advisory Committee Pennsylvania Commission on Crime and Delinquency*, 6 (1).

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2012). Mediação Vítima-Infractor em Portugal. Consultado em APAV: http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/justica-restaurativa/mediacao-vitima-infractor-em-portugal.

Bazemore, G. & Umbreit, M. (1995). Rethinking the sanctioning function in juvenile court: Retributive or restorative responses to youth crime. *Crime & Delinquency*, 41 (3), 296-316.

Bazemore, G., & Umbreit, M. (2001). *A comparison of four restorative conferencing models (Juvenile Justice Bulletin)*. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and delinquency Prevention.

Bergseth, K. J., & Bouffard, J. A. (2007). The long-term impact of restorative justice programming for juvenile offenders. *Journal of Criminal Justice*, 35, 433-451.

- Bradshaw, W., Roseborough, D., & Umbreit, M. (2006). The effect of victim offender mediation on juvenile offender recidivism: A meta-analysis. *Conflict Resolution Quarterly*, 24 (1), 87 – 98. DOI: 10.1002/crq.159.
- Braithwaite, J. (1999). Restorative justice: Assessing optimistic and pessimistic accounts. In M. Tonry (Ed.), *Crime and justice: A review of research* (Vol. 25, pp. 1–127). Chicago: University of Chicago Press.
- Braithwaite, J. (2002). Setting Standards for Restorative Justice. *The British Journal of Criminology*, 42, 563-577.
- Brown, H. J. & Marriott, A. L. (1999). *ADR Principles and Practice*. London: Sweet & Maxwell.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-Aprendizagem* (2ª edição). Lisboa: Universidade Aberta.
- Campos, C. (2004). Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira Enfermagem*, 57 (5), 611-614.
- Castro, J. (2006). Para além da satisfação dos intervenientes como se pode avaliar a qualidade dos processos, *Revista do Ministério Público*, 105.
- Costa, S. (2012). Mediação Penal em Portugal – do debate à implementação. *Sociedade, Crise e Reconfigurações, VII Congresso Português de Sociologia*, 2-17.
- Creswell, J. (2007). *Qualitative Inquiry & Research Design. Choosing Among Five Approaches*. Sage Publications.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2000). *Handbook of qualitative research* (3rd Edition). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Direcção-Geral da Política de Justiça. *O que é e como funciona a mediação?*. Consultado em Direcção-Geral da Política de Justiça: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/gral/mediacao-publica>.
- Direcção Geral de Reinserção Social (2006). *Mediação Vítima - Jovem Infrator*. Consultado em Direcção Geral de Reinserção Social: <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/juvenil/mrep/vitima>

Duarte, R. (2004). *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Curitiba: UFPR.

Ferreira, V. (2014). Artes de Entrevistar: Composição, Criatividade e Improvisação a duas vozes. In Torres, L., & Palhares, J., *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais da Educação*, (p.168.). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Hallevy, G. (2011). Therapeutic Victim-Offender Mediation within the Criminal Justice Process - Sharpening the Evaluation of Personal Potential for Rehabilitation while Righting Wrongs under the ADR Philosophy. *Harvard Negotiation Law Review*, 16, 65 – 94.

Lage, M. C. (2011). Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. *Educação Temática Digital*, 12, 198-226.

Lee, F. (2009). Adopting a restorative approach to young offenders in Hong Kong: a public survey. *Contemporary Justice Review*, 12 (4), 469-483.

Levine, M. (2000). The family group conference in the New Zealand Children, Young Persons, and Their Families. *Behavioral Sciences and the Law*, 18, 517-556.

Lewis, A. D., & Howard, T. J. (2000). Parole Officers' Perceptions of Juvenile Offenders within a Balanced and Restorative Model of Justice. *Federal Probation*, 64 (1), 40.

Lopes, A. (2006). Introdução crítica ao processo penal: fundamentos da instrumentalidade constitucional (p.16). Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Lynch, N. (2010). Restorative Justice through a Children's Rights Lens. *International Journal of Children's Rights*, 18, 161–183. DOI: 10.1163/157181810X12592206285646.

Marshall, T. (1999). *Restorative Justice: An overview*. Home Office. London, UK: Research Development and Statistics Directorate.

Mashi, T., Schwalbe, C. & Ristow, J. (2013). In Pursuit of the Ideal Parent in Juvenile Justice: A Qualitative Investigation of Probation Officers' Experiences with Parents of Juvenile Offenders. *Journal of Offender Rehabilitation*, 52, 470–492. DOI: 10.1080/10509674.2013.829898.

Pinheiro, K. & Chaves, R. (2013). Justiça Restaurativa: uma análise sociológica dos fins que os meios punitivos não alcançam. *FIDES, Natal*, 4(1), 117-128.

- Ryals Jr., J. S. (2004). Restorative Justice: New Horizons in Juvenile Offender Counseling. *Journal of Addictions & Offender Counseling*, 25, 18-25.
- Schwalbe, C. S. & Maschi, T. (2009). Investigating Probation Strategies with Juvenile Offenders: The Influence of Officers' Attitudes and Youth Characteristics. *Law Hum Behav*, 33, 357–367. DOI: 10.1007/s10979-008-9158-4.
- Shen, A. & Antonopoulos, G. A. (2013). Restorative Justice Or What?: Restorative Justice in the Chinese Youth Justice System. *European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice*, 21, 291-315. DOI: 110.1163/15718174-21042031.
- Sousa, E. & Züge, M. (2011). Direito à Palavra: Interrogações Acerca Da Proposta Da Justiça Restaurativa. *Psicologia: ciência e profissão*, 31 (4), 826-839.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research – grounded theory procedures and techniques*. Thousand Oaks: Sage.
- Tsui, J. C. (2014). Breaking free of the prison paradigm: integrating restorative justice techniques into Chicago's juvenile justice system. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, 104 (3), 635-666.
- Umbreit, M. S., Vos, B., & Coates, R. B. (2005). Restorative justice dialogue: A review of evidence based practice. *Offender Programs Report*, 9 (4), 49–64.
- Umbreit, M. S., Vos, B. & Coates, R. B. (2006). Restorative Justice Dialogue: Evidence-Based Practice. *Center for Restorative Justice & Peacemaking*, 1-16.
- Wenzel, M., Okimoto, T. G., Feather, N. T. & Platow, M. J. (2008). Retributive and Restorative Justice. *Law Hum Behav*, 32, 375-389. DOI 10.1007/s10979-007-9116-6

ANEXOS

*Reparation to the victim in the European juvenile justice systems:
Comparative analysis and transfer of best practices (JUST/2013/JPEN/AG/4513)*

REVII

Guião de Entrevista

***Análise de Boas Práticas nos Serviços de Justiça Restaurativa no âmbito
do Sistema de Justiça Juvenil***

Técnicos

Versão Portuguesa

2015

Raquel Matos, Catarina Ribeiro, Conceição Cunha, Mónica Soares, Sofia Marques,
Teresa Santelmo, Rafaela Lima & André Rocha



Funded by
the Criminal Justice Programme
of the European Union

0. Introdução ao conteúdo da entrevista/aquecimento

O nosso objetivo com esta entrevista é conversar com os técnicos que trabalham diretamente com vítimas/ofensores no sentido de conhecer e perceber as suas perspetivas e experiências no âmbito da justiça restaurativa, não apenas, mas sobretudo juvenil.

I. Percurso Profissional

Objetivo: Conhecer dados sociodemográficos e o percurso profissional do participante, particularmente ao nível da experiência no sistema de justiça juvenil restaurativa.

Tópicos	Exemplos de Questões
<u>Dados Sociodemográficos</u>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Idade</i> • <i>Sexo</i> • <i>Anos de experiência profissional (neste tipo de função)</i>
<u>Breve descrição do percurso profissional</u> <ul style="list-style-type: none"> • Formação de base • Instituições onde desenvolveu atividade profissional • Experiência na instituição atual 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Gostariamos nesta primeira fase de obter alguma informação acerca do seu percurso profissional. Nesse sentido gostaríamos de saber qual a sua formação de base, em que instituições já desenvolveu atividade profissional e que tipo de trabalho desenvolve atualmente nesta instituição?</i>
<u>Experiência ao nível das práticas de justiça restaurativa</u> (particularmente no âmbito da justiça juvenil)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>No seu dia-a-dia de trabalho, que contacto teve/tem com práticas de justiça restaurativa?</i> • <i>Esse contacto incluiu também casos em que foram jovens a cometer crimes?</i> <p>(Perceber se:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Não teve contacto</i> ○ <i>Teve contacto com jovens/adultos</i> ○ <i>Teve contacto noutras contextos de justiça)</i>

II. Conhecimentos gerais sobre o modelo de justiça restaurativa na área de justiça juvenil - Noções e práticas em Portugal

Objetivo: compreender e conhecer a definição de justiça restaurativa na perspectiva dos diferentes profissionais na área da justiça juvenil, bem como aceder aos conhecimentos sobre práticas e intervenções desenvolvidas em Portugal neste âmbito.

Tópicos	Exemplos de Questões
<u>Explorar perspectiva pessoal sobre justiça restaurativa</u> <ul style="list-style-type: none"> Definição pessoal Comparação com justiça retributiva 	<ul style="list-style-type: none"> <i>No sua perspectiva pessoal, como define justiça restaurativa?</i> <i>E como a compara com outros modelos de justiça, nomeadamente a justiça retributiva?</i>
<u>As principais práticas baseadas em princípios restaurativos desenvolvidas em Portugal¹</u> <ul style="list-style-type: none"> Implementação no âmbito da justiça juvenil Práticas utilizadas 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Considera que o modelo de justiça restaurativa tem sido implementado em Portugal no âmbito da Justiça Juvenil?</i> <i>Através de que medidas ou que práticas este modelo tem sido (mais) implementado?</i>

¹ Práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa existentes em Portugal no âmbito de processo tutelar educativo (REVIJ, 2015): a) mediação vítima-jovem ofensor; b) plano de conduta (suspensão provisória do processo); c) medidas tutelares educativas baseadas em princípios de justiça restaurativa (i.e., reparação ao ofendido, tarefas a favor da comunidade; prestações económicas).

III. Avaliação das práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa

Objetivo: Avaliar a implementação das práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa em Portugal, resumizando as principais lacunas e recomendações futuras.

Tópicos	Instruções / Exemplos de Questões
<p><u>Vantagens e potencialidades inerentes às práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa</u></p> <p>(i.e., mediação vítima-jovem ofensor, plano de conduta, medidas baseadas em princípios restaurativos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para o ofensor • Para a vítima 	<p>Neste tópico, questionar primeiro sobre o ofensor ou sobre a vítima, em função do tipo de técnico.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Na sua opinião a aplicação de medidas baseadas em princípios de justiça restaurativa é vantajosa para o ofensor? Se sim, quais são as principais vantagens e potencialidades destas práticas para o ofensor?</i> • <i>E para a vítima, existem vantagens? Se sim, quais são as principais vantagens e potencialidades destas práticas para a vítima?</i>
<p><u>Desvantagens e dificuldades inerentes às práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa</u></p> <p>(i.e., mediação vítima-jovem ofensor, plano de conduta, medidas baseadas em princípios restaurativos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para o ofensor • Para a vítima 	<p>Neste tópico, questionar primeiro sobre o ofensor ou sobre a vítima, em função do tipo de técnico.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Agora gostaria que se centrasse nas desvantagens.</i> • <i>Na sua opinião existem desvantagens para o ofensor decorrentes destas práticas? Se sim, quais são as principais desvantagens?</i> • <i>E relativamente à vítima, quais são as principais desvantagens?</i>

Nos tópicos que se seguem, questionar primeiro sobre ofensores ou vítimas, em função do tipo de técnico.

Tópicos	Exemplos de Questões
<p><u>Condições da participação do(a) jovem ofensor(a) nas práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Adesão e interesse do(a) jovem em participar • Papel da família - adesão e interesse / resistência • Consentimento informado/voluntariedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Na sua opinião o contexto em que a execução das medidas se processa, é um contexto de esclarecimento? • O jovem tem conhecimento que se trata de uma participação voluntária e é-lhe dada a assinar um consentimento informado? • São-lhe facultados os elementos básicos do processo? • E de uma forma geral, o acordo é concluído a título voluntário? • O jovem ofensor mostra interesse em participar na execução das medidas e adere com facilidade? • E a família? • É habitual acontecerem desistências no decorrer do processo?
<p><u>Condições da participação do(a) vítima nas práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Adesão e interesse da vítima em participar • Papel da família - adesão e interesse / resistência • Consentimento informado/voluntariedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Na sua opinião a vítima mostra interesse em participar na execução das medidas e adere com facilidade? • E a família da vítima? • Considera que o contexto em que a execução das medidas se processa é de segurança para a vítima? • E considera que é um contexto de esclarecimento para a vítima? Ou seja, a vítima tem conhecimento que se trata de uma participação voluntária e é-lhe dada a assinar um consentimento informado? • Tem conhecimento de que pode abandonar os “serviços de justiça restaurativa” a qualquer momento? • Antes de fazer parte do processo são-lhe facultadas informações completas e imparciais acerca deste? • E a vítima é informada das formas de supervisão existentes no caso da aplicação de um eventual acordo?

Tópicos	Exemplos de Questões
<p><u>Experiências e Significados atribuídos pelos jovens ofensores às práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Feedback e valorização • Avaliação do impacto 	<p>Questão só para técnicos que trabalham com ofensores.</p> <p><i>Nesta fase pretendemos que nos fale um pouco mais da sua experiência profissional com ofensores e que nos dê a conhecer também a perspetiva deles.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Que significados atribuem às práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa? • Há uma valorização destas práticas por parte deles? • Qual o impacto que estas práticas têm nos jovens ofensores? (funciona em termos de educação para o direito?)
<p><u>Experiências e Significados atribuídos pelas vítimas às práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Feedback e valorização • Avaliação do impacto 	<p>Questão só para técnicos que trabalham com vítimas.</p> <p><i>Nesta fase pretendemos que nos fale um pouco mais da sua experiência profissional com vítimas e que nos dê a conhecer também a perspetiva delas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Que significados atribuem às práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa? • Há uma valorização destas práticas por parte delas? • Qual o impacto que as práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa têm nas vítimas?



Tópicos	Exemplos de Questões
<p><u>Avaliação global das práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa desenvolvidas em Portugal</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Regularidade da aplicação das diferentes práticas Recursos humanos e materiais: recursos disponíveis / preparação dos técnicos Sucesso/insucesso das intervenções Impacto percebido 	<p><i>Chegadas à última parte gostaríamos que fizesse uma avaliação global da implementação das práticas de justiça restaurativa em Portugal.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Considera que a sua implementação de práticas restaurativas no âmbito da Justiça Juvenil em Portugal tem sido suficiente?</i> <i>Que avaliação faz da disponibilização de recursos humanos e materiais para a sua implementação?</i> <i>E que avaliação faz da preparação dos técnicos?</i> <i>Como avalia o sucesso / insucesso destas práticas?</i> <ul style="list-style-type: none"> <i>□ E o seu impacto (para além do impacto nas vítimas e ofensores – já abordado)?</i>
<p><u>Principais lacunas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Políticas e práticas 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Na sua perspectiva quais são as principais lacunas ao nível das políticas e práticas para a implementação destas medidas?</i>
<p><u>Recomendações e sugestões</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Alterações de políticas e práticas Novos contextos/modelidades de aplicação orientados por princípios de justiça restaurativa 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Por fim, que recomendações daria no que respeita às políticas e práticas de implementação de medidas de justiça restaurativa em Portugal (no âmbito Juvenil)?</i> <i>E em que outros contextos de justiça as medidas restaurativas poderão também ser pertinentes, para além dos já existentes? (ex: penal, cível, etc)</i>



ANEXO II – Consentimento Informado

REVIJ

*Reparation to the victim in the European Juvenile Justice Systems:
Comparative analysis and transfer of best practices
JUST/2013/JPEN/AG/4513*

Declaração de Consentimento Informado

A Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa (FEP-UCP) é a entidade responsável em Portugal pela implementação do projeto REVIJ – *Reparation to the victim in the European Juvenile Justice Systems: Comparative analysis and transfer of best practices* (JUST/2013/JPEN/AG/4513). Trata-se de um projeto cofinanciado pela Comissão Europeia, que decorrerá até outubro de 2016, cujos objetivos principais são: a) comparar as políticas de justiça restaurativa nos sistemas de justiça juvenil de diferentes países europeus, tendo por base a diretiva 2012/29/EU; b) avaliar as práticas baseadas em princípios restaurativos que estão a ser implementadas em diferentes países europeus, inferindo acerca do papel e direitos atribuídos à vítima.

A sua participação neste estudo implicará a realização de uma entrevista que permitirá aceder à sua perspectiva e posicionamento acerca da implementação de práticas baseadas em princípios restaurativos no âmbito da justiça juvenil em Portugal.

Todos os dados obtidos serão tratados de forma anónima e confidencial, pelo que, em momento algum será registado o seu nome ou qualquer outro dado que permita a sua identificação. Serão divulgados publicamente apenas os resultados globais do estudo sem qualquer informação que leve à identificação dos respetivos participantes. Mais informamos que poderá em qualquer altura recusar participar neste estudo.

A equipa de investigação encontra-se disponível para qualquer esclarecimento ou questão adicional, através dos contactos facultados abaixo.

Raquel Matos (Investigadora Responsável) | 96 171 63 02 | rmatos@porto.ucp.pt

Catarina Ribeiro | 22 619 62 35 | cribeiro@porto.ucp.pt

Sofia Marques | 91 856 83 13 | smmarques@porto.ucp.pt



REVIJ

*Reparation to the victim in the European Juvenile Justice Systems:
Comparative analysis and transfer of best practices
JUST/2013/JPEN/AG/4513*

Agradecemos desde já a sua colaboração.

A Investigadora Responsável,

Raquel Matos

Centro de Estudos em Desenvolvimento
Humano – Faculdade de Educação e Psicologia
Universidade Católica Portuguesa

Consentimento

Fui informado/a e percebi os objetivos e procedimentos do estudo e declaro que aceito participar no referido projeto, dando também a minha autorização para que os dados sejam apresentados de forma completamente anónima e confidencial em apresentações públicas, congressos científicos e publicações.

Local e data: _____

O Participante: _____

Anexo III – Grelha de Codificação

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
5. Dados Sociodemográficos	
5.1. Idade	<i>Idade cronológica do participante</i>
5.2. Sexo	<i>Sexo do participante.</i>
5.3. Anos de experiência profissional (neste tipo de função)	<i>Período de tempo em que desempenha esta função.</i>
6. Profissão	
6.1. Técnico Ofensores – Equipa Tutelar	<i>Profissional que trabalha com jovens ofensores numa equipa tutelar.</i>
6.2. Técnico Ofensores – Centro Educativo	<i>Profissional que trabalha com jovens ofensores num centro educativo.</i>
6.3. Técnico Ofensores – Outros	<i>Profissional que trabalha com jovens ofensores noutros meios.</i>
6.4. Técnico Apoio Vítima	<i>Profissional que trabalha com vítimas.</i>
6.5. Magistrado – Juiz	<i>Autoridade máxima do Poder judiciário.</i>
6.6. Magistrado – Procurador	<i>Membro do Poder judiciário.</i>
7. Percurso Profissional	
7.1. Formação de base	<i>Formação ao nível do ensino superior.</i>

7.2. Instituições onde desenvolveu atividade profissional	Instituições onde desenvolveu atividade profissional
7.3. Experiência na instituição atual	<i>Funções desempenhadas ao longo do tempo na instituição atual (instituição de forma ampla, por exemplo magistratura, DGRSP)</i>
8. Experiência ao nível das práticas de justiça restaurativa	
8.1. Sem experiência	<i>Referência a ausência de experiência em práticas restaurativas (em função daquilo que é dito pelo participante e não por conclusão nossa)</i>
8.2. Com experiência no sistema de justiça juvenil	<i>Referências que remetem para a experiência do participante com práticas de justiça restaurativa no âmbito juvenil.</i>
8.3. Com experiência noutros contextos de justiça	<i>Referências que remetem para a experiência do participante com práticas de justiça restaurativa noutros contextos de justiça, nomeadamente na justiça de adultos.</i>
9. Definição pessoal de justiça restaurativa	
9.1. Definição pessoal	<i>Definição pessoal que reflita a opinião do participante acerca do que é a justiça restaurativa.</i>
9.2. Definição por comparação com justiça retributiva	<i>Remete para referências que façam comparação com o modelo de justiça retributiva (tradicional, punitiva).</i>
10. Valorização das práticas restaurativas	

11. Perspetiva sobre a implementação de práticas baseadas em princípios restaurativos em Portugal ⁷	
11.1. Quantificação de implementação de práticas de justiça restaurativa	<i>Remete para dados referentes à quantificação de implementação das práticas de justiça restaurativa (por ex: “Que eu saiba não são implementadas, pelo menos com essa designação de justiça restaurativa”)</i>
11.2. Práticas mais utilizadas	<i>Referência a práticas de justiça restaurativa como sendo as mais utilizadas (por ex: “claramente a medida mais aplicada são as tarefas a favor da comunidade”)</i>
11.3. Práticas menos / pouco utilizadas	<i>Referência a práticas de justiça restaurativa como sendo as menos utilizadas (por ex: “o acompanhamento educativo nunca é uma opção”)</i>
11.4. Razões que justificam a escassez de aplicação de práticas restaurativas	<i>Referências que remetem para uma justificação pessoal para o facto deste tipo de medidas serem pouco implementadas em Portugal no âmbito juvenil.</i>
11.5. Tipos de crime em que as práticas são mais implementadas	<i>Referências acerca dos tipos de crime em que são aplicadas medidas restaurativas</i>
11.6. A vítima não é atendida nas práticas de justiça	<i>Referências à ausência de visibilidade e consideração da vítima no processo de justiça</i>

⁷ Práticas baseadas em princípios de justiça restaurativa existentes em Portugal no âmbito de processo tutelar educativo (REVJ, 2015): a) mediação vítima-jovem ofensor; b) plano de conduta (suspensão provisória do processo); c) medidas tutelares educativas baseadas em princípios de justiça restaurativa (i.e., reparação ao ofendido, tarefas a favor da comunidade; prestações económicas).

12. Experiências e Significados dos jovens ofensores em relação às práticas restaurativas	
12.1. Valorização destas práticas	Referência ao valor atribuído pelos jovens ofensores às práticas restaurativas.
12.2. Adesão	Refere-se à aceitação, participação voluntária e cooperação dos jovens ofensores nas práticas restaurativas.
12.3. Resistência	Remete para referências a resistência, oposição e/ou rejeição da participação em práticas restaurativas pelos jovens ofensores.
13. Experiências e Significados das vítimas em relação às práticas restaurativas	
13.1. Valorização destas práticas	Referência ao valor atribuído pelas vítimas às práticas restaurativas.
13.2. Adesão	Refere-se à aceitação, participação voluntária e cooperação das vítimas nas práticas restaurativas.
13.3. Resistência	Remete para referências a resistência, oposição e/ou rejeição da participação em práticas restaurativas pelas vítimas.

14. Experiências e Significados dos familiares em relação às práticas restaurativas	
14.1. Familiares dos ofensores	Concorda – a favor do envolvimento dos jovens ofensores em práticas restaurativas.
	Resiste – relutante no envolvimento dos jovens ofensores em práticas restaurativas.
	Rejeita – Ausência total de apoio ao envolvimento dos ofensores em práticas restaurativas
14.2. Familiares das Vítimas	Concorda - a favor do envolvimento das vítimas em práticas restaurativas.
	Resiste - relutante no envolvimento das vítimas em práticas restaurativas.
	Rejeita – Ausência total de apoio ao envolvimento das vítimas em práticas restaurativas

15. Benefícios/Impacto positivo das práticas restaurativas	
15.1. Para as vítimas	<i>Benefícios para as vítimas que decorrem da participação em práticas de justiça restaurativa.</i>
15.2. Para os ofensores	<i>Benefícios para os jovens ofensores que decorrem da participação em práticas de justiça restaurativa.</i>
15.3. Para a comunidade	<i>Benefícios para a comunidade que decorrem da participação em práticas de justiça restaurativa.</i>

16. Impacto negativo das práticas restaurativas	
16.1. Para as vítimas	<i>Aspetos negativos que decorrem da participação em práticas de justiça restaurativa para as vítimas.</i>
16.2. Para os ofensores	<i>Aspetos negativos que decorrem da participação em práticas de justiça restaurativa para os jovens ofensores.</i>
16.3. Para a comunidade	<i>Aspetos negativos que decorrem da participação em práticas de justiça restaurativa para a comunidade.</i>
17. Constrangimentos / limitações / lacunas para a implementação das práticas restaurativas	
17.1. Recursos são insuficientes	<i>Indicadores da insuficiência de recursos humanos e materiais para aplicação eficaz de medidas restaurativas.</i>
17.2. Falta de formação dos profissionais	<i>Indicadores da falta de formação dos recursos humanos intervenientes de justiça restaurativa.</i>
17.3. Falta de cultura de Justiça Restaurativa em Portugal	<i>Indicadores da falta de cultura de Justiça Restaurativa dos intervenientes de implementação de justiça restaurativa ou da sociedade civil.</i>
17.4. Indisponibilidade de uma das partes ou de ambas para participar no processo	<i>Referências que remetem para a indisponibilidade de uma das partes em participar no processo</i>
17.5. Ausência de procedimentos claros	<i>Referência a indicações claras de inexistência de procedimentos a adotar para conduzir medidas de justiça restaurativa</i>
17.6. Falta de adequabilidade das medidas restaurativas	<i>Referência a fases do processo, grau de intensidade ou tipo de crime que fazem com que a implementação de medidas restaurativas não deva ocorrer</i>

18. Questões processuais relacionadas com a vítima	
18.1. <i>Falta de segurança para a vítima</i>	<i>Faz referência a expressões que indicam que o contexto em que a execução das medidas se processa é de segurança para a vítima</i>
18.2. <i>Falta de esclarecimento disponibilizado às vítimas</i>	<i>Faz referência a expressões que indicam se o contexto em que são aplicadas as medidas restaurativas, é ou não de esclarecimento para a vítima, e se existe facultações de informações completas e imparciais acerca do processo para a vítima.</i>
18.3. <i>Falta de consentimento informado</i>	<i>Faz referência a expressões que indicam que a vítima tem conhecimento que é uma participação voluntária.</i>
18.4. <i>Conhecimento de que pode abandonar o processo</i>	<i>Faz referência a expressões que indicam se existe conhecimento ou não por parte da vítima relativamente ao abandono do processo.</i>
18.5. <i>Falta de Supervisão</i>	<i>Faz referência a situações em que a vítima é informada das formas de supervisão existentes no caso da aplicação de um eventual acordo.</i>
19. Condições atuais do sistema consideradas favoráveis para que a justiça restaurativa seja efetivamente implementada	
20. Condições que devem estar presentes para a implementação de práticas de JR com sucesso	

ANEXO IV – Grelha de Categorização

CATEGORIAS	SUBCATEGORIA	CÓDIGO	EXCERTOS
4. Experiência ao nível das práticas de justiça restaurativa	4.1. Sem experiência	Instituição 1	<p>- “que contacto tive? Nenhum...”</p> <p>- “sei que está previsto na lei tutelar educativa, portanto já há longos anos, mas na prática não tenho conhecimento da sua aplicação. Pode ser aplicada mas eu não tenho conhecimento.”</p> <p>- “não, portanto enquanto os jovens estão aqui não, nunca tivemos. Do que eu falo com eles também nunca, eles nunca falaram de terem tido uma ação desse género...imagino que até desconheçam...”</p> <p>- “Portanto, de todo não houve um contacto com práticas de justiça restaurativa...”</p> <p>P: não!”</p>

		Instituição 2	<p>- “Nenhum. A isso eu posso-lhe responder e é fácil, nenhum.”</p> <p>- “Não, não. Nós não... A minha experiência apenas se refere...Podendo ter alguns conhecimentos vagos, nem a nível de mediação eu tenho assim grandes conhecimentos do que tenha sido efetuado, mas nós somos efetivamente...o nosso trabalho é efetivamente o cumprimento das medidas em internamento.”</p> <p>- “sob o ponto de vista dessa aplicação deste tipo de justiça não.”</p> <p>- “Nós não temos...”</p> <p>- “Nem faz parte do nosso vocabulário. Sob o ponto de vista de prática não...”</p> <p>- “na minha prática praticamente só agora ultimamente é que oiço falar. Até à data nunca ouvi falar.”</p>
		Instituição 3	<p>- “Não tenho muita experiência...não tenho muita experiência...”</p> <p>- “O cariz da medida...não lhe poderei chamar restaurativa...é mais no sentido educativo, mais no sentido da responsabilidade, pronto e até de alguma uma forma punitiva...”</p> <p>- “Pode haver esse movimento...mas nós não...”</p>

		Comunidade 1	<p>- “Não tenho, não é? Com justiça restaurativa não tenho, não tenho.”</p> <p>- “Mas nunca teve então contacto com nenhuma prática de justiça restaurativa?”</p> <p>(P) – Pois não.”</p> <p>- “Mas já teve contacto com processos em que foram decretadas medidas do âmbito da justiça restaurativa?”</p> <p>(P) – Não. Também não...”</p>
--	--	---------------------	---

	4.2. Com experiência no contexto juvenil	Comunidade 2	<p>- “na área específica que trabalho, que é o tutelar educativo, hum, poderemos entender que há ali algumas finalidades com características de conciliação, de carácter de justiça restaurativa”</p> <p>- “a própria lei tem alguns artigos em que penso que preconizam exatamente esse tipo de intervenção.”</p> <p>- “nós aqui, sobretudo no âmbito do 84, pontualmente, mas é mesmo muito pontualmente, podemos fazer alguma mediação neste sítio”</p> <p>- “Portanto, já teve contacto com este tipo de práticas...”</p> <p>(P) – Sim...Não são sistemáticas, não.”</p>
--	---	---------------------	--

		Comunidade 3	<p>- “Não é prática direta, mas em termos de análise da estatística, análise de, das alterações legislativas e do seu conteúdo, da adequação do sistema português nomeadamente às normas internacionais.”</p> <p>- “Tenho um contato também direto, portanto isso sempre, com a própria Direção Geral de Reinserção e com as equipas na comunidade...”</p>
	4.3. Com experiência noutros contextos de justiça	Comunidade 1	- “Por aquilo que me dá a perceber alguma experiência ou algumas experiências enquanto mediação...Conheço mais na área mais tutelar cível”
		Comunidade 3	- “Às vezes tenho algum contato e algum conhecimento nomeadamente de outras situações...no âmbito da criminalidade de adultos...”
5. Definição pessoal de justiça restaurativa	5.1. Definição pessoal	Instituição 1	<p>- “Para mim em termos gerais, será um meio através do qual um autor de um crime de pouca gravidade ou pelo menos com uma moldura penal pequena, e uma vítima desse mesmo crime, procuram em conjunto uma solução para restaurar o dano...”</p> <p>- “Extrajudicialmente, não é?!”</p> <p>- “ele poderá entrar numa fase inicial mas depois é desviado para um contexto extrajudicial”</p>

		Instituição 2	<p>- “Portanto eu presumo que a justiça restaurativa será, a partir de uma certa altura, há uma espécie de frente a frente, não é?”</p> <p>- “Entre a vítima e o agressor, o ofensor.”</p> <p>- “havendo entendimento de todas as partes, porque aqui também a família tem de estar envolvida, porque eles são menores, mas havendo entendimento de todas as partes”</p>
		Instituição 3	<p>- “penso que a justiça restaurativa vai...vai ganhar mais relevo, principalmente com jovens. Faz todo o sentido ser com jovens e faz todo o sentido ganhar mais relevo, porque de facto uma parte importante da intervenção, senão aquela que tem mesmo mais importância é esta.”</p> <p>- “A reflexão sobre a prática, não é?! Hum...e esta noção que o jovem tem que passar a ter do outro, da sociedade, dos direitos e dos deveres do que o outro...das consequências, portanto, há um conjunto de reflexões e não até só de reflexão, mas de confrontação que o jovem é obrigado a fazer quando entramos no caminho da justiça restaurativa, e que é importante!”</p>
		Comunidade 1	<p>- “considerando justiça restaurativa uma abordagem integrada da vítima, do ofensor”</p> <p>- “implica que perante a notícia do facto, que é qualificado como crime na área que nós estamos, por um jovem... cometido por um jovem maior de 12 anos e menor de 16...”</p>

			<p>- “abordagem consertada quer junto dele, quer junto da alegada vítima e outras figuras importantes para a resolução desse conflito, não é, e reparação...”</p> <p>- “Do dano que possa ter sido causado.”</p> <p>- “ou será a mais favorável perante crimes de pequena dimensão, ou não tao graves, ou que se perceba, ou se antecipe que há aqui, quer da parte do ofensor, quer da parte da própria vítima, disponibilidade para perceber e resolver as coisas nestes termos”</p> <p>- “faria sentido uma triagem, não é, em função da noticia desse tipo de situações, de casos que pudessem ser encaminhados para um ramo, digamos, de justiça restaurativa e que se percebesse que há casos que nem sequer reúnem critérios, por diferente tipo de questões, para serem encaminhados para uma justiça desse âmbito”</p>
		Comunidade 2	<p>- “numa mediação têm de estar os dois presentes e isso muitas vezes assumido pelo próprio agente que aplica a justiça, não é, neste caso o procurador no âmbito do 84 que é a suspensão do processo”</p> <p>- “Em que simultaneamente tem a vítima, tem o ofensor e portanto, faz ali um contraponto, faz ali, pronto, uma oportunidade de conjugar interesses e portanto, fazer alguma mediação”</p>

			<ul style="list-style-type: none"> - “temos, digamos oportunidade, portanto no exercício de execução dessas medidas, de alguma forma reabilitar o jovem dando também, ou inculcando a noção de reparação, de...” - “minimizar os danos que poderá eventualmente ter provocado” - “em termos mais absolutos, mais puristas do termo, entendo a justiça restaurativa como uma forma de se aplicar a lei, em que não prevalece a questão da sanção, não a questão da reabilitação por si, mas sim a possibilidade de intervir junto do ofensor e da vítima, conciliando interesses, dando oportunidade a ambos de demonstrarem o seu ponto de vista e de ali chegarem a um consenso, idealmente que seja um consenso que ajude não só a reparar, enfim, o dano e o impacto que o ato delituoso teve, mas que ajude quer ofensor, quer vítima, a retirar dali algo que lhes permita o crescimento pessoal.” - “Para haver uma justiça restaurativa, é sobretudo haver a possibilidade de criar a possibilidade de um encontro” - “Penso que a restaurativa tem de estar assente nos dois intervenientes. Não é? Portanto, a restaurativa parte de uma situação relacional.”
--	--	--	--

		Comunidade 3	<p>- “a justiça restaurativa vejo como um meio privilegiado...”</p> <p>- “para a resolução em situações de va..., em que há vítimas e ofensores e sobretudo numa tentativa de evitar a, a judicialização da própria intervenção”</p>
	5.2. Definição por comparação com justiça retributiva	Instituição 1	<p>- “ora em tempos, a justiça estava muito virada para o agressor e para o castigo e para mostrar à sociedade que não se devem praticar crimes e as pessoas são castigadas, não é?! E tem se assistido, e também ao longo da minha estadia por aqui...a uma aproximação a métodos de ressocialização do jovem infrator e no período mais recente também o envolvimento da vítima, porque...penso que será importante esta nova ou recente visão sobre esta problemática, porque a vítima é uma parte muito importante do crime, não é?!”</p>
		Instituição 3	<p>- “Eu penso que poderá haver diferenças de eficácia, tendo em conta a idade, número de crimes e tipo de crimes”</p> <p>- “Algumas tipologias de crimes têm por exemplo muito a ver com crimes na família, hum...e até outro tipo de crime, como, não tenho...eu penso que haverão alguns tipos de crimes em que a justiça restaurativa fará mais sentido.”</p>
		Comunidade 1	<p>- “Parece-me que a restaurativa pode ser aplicada em muitos casos”</p>

			<p>- “Também perceber restaurativa como uma justiça que...”</p> <p>- “não vai, ou seja, de alguma forma... Se diferentes partes entram num acordo, não é, de reparação, da resolução do conflito...”</p> <p>- “impedir-se-á que o processo progrida para uma fase jurisdicional e que haja aqui toda uma conotação, estigmatização, redução de custos, etc.”</p>
		Comunidade 2	<p>- “digamos que a restaurativa contém a justiça retributiva. E não ao contrário. Ou seja, eu penso que a justiça restaurativa vai mais além que a justiça retributiva. A justiça retributiva, pronto, será mesmo a pessoa sentir-se ressarcida, vá lá, pelo prejuízo ou dano que teve e eu penso que a restaurativa quer ir um bocadinho mais além.”</p>
7. Perspetiva sobre a implementação de práticas baseadas em princípios restaurativos em Portugal	7.1. Quantificação de implementação de práticas de justiça restaurativa	Instituição 1	<p>- “E: Pelo que lhe parece haverá uma pouca implementação, é isso?</p> <p>P: exato! Do contacto informal que vou tendo com ela, pelo menos os jovens não me falam nela, nem tenho conhecimento dela, através de outros meios.”</p> <p>- “Tenho mesmo a noção que pelo menos na nossa experiência, aqui não é uma estratégia...”</p>

			- “Tanto é que não conheço assim ações, penso que não e para determinados crimes faz todo o sentido, mas penso que não está implementado.”
		Instituição 2	<p>- “Não tenho ideia, não tenho essa ideia.</p> <p>(E) – Que haja uma implementação de práticas restaurativas...</p> <p>(P) – Sim, sim, sim. E se houver, caso haja, ela é pontual. Não estou a ver que seja assim uma coisa divulgada... Não, não estou a ver.”</p> <p>- “Nem sei que diga. Raramente oiço falar disso.”</p> <p>- “É raramente. Não me parece muito que faça parte neste momento, não quer dizer que não venha a fazer parte.”</p> <p>- “Portanto, continuo a achar que do nosso vocabulário que não faz parte...”</p> <p>- “Começa-se a falar, começa-se a falar. Mas não faz parte.”</p> <p>- “Eu não tenho conhecimento de tudo...mas posso admitir que, pontualmente, alguém tenha... Ou seja, uma coisa é alguém pontualmente ter reunido uma vítima num lado qualquer, num sítio qualquer, mas de forma, uma intervenção de forma estruturada, criteriosa, não.”</p> <p>- “Pode haver alguma mediação, alguma vez ou outra, mas também não me parece que seja também uma grande vertente...”</p> <p>“</p>

			- “Posso admitir que numa audiência, um miúdo peça desculpa ou alguém peça desculpa à vítima, mas não estou a ver que isto seja feito de forma estruturada...”
		Instituição 3	- “Não...acho que é tudo muito ainda, ainda está tudo muito verde...”
		Comunidade 1	<p>- “Porque, acho eu, infelizmente, em Portugal, não temos prática, não é?”</p> <p>- “na área tutelar educativa não conheço.”</p> <p>- “Relativamente à tutelar educativa não, não há prática de justiça restaurativa”</p> <p>- “De justiça restaurativa acho que não há prática, nem nós, no âmbito das nossas funções desenvolvemos uma ação que se pode qualificar nesse âmbito.”</p> <p>- “Eu não tenho conhecimento que exista.”</p> <p>- “(E) – Exato. Ok. E considera que o modelo de justiça restaurativa tem sido implementado em Portugal, no âmbito da justiça juvenil?</p> <p>(P) – Não.”</p> <p>- “Mesmo aqueles ensaios, posso chamar ensaios, de Mediação, não me parece que se possam integrar naquilo que nós antecipamos”</p> <p>- “É insuficiente ou é inexistente, neste caso, não é?”</p>
		Comunidade 2	- “depois na prática, enfim, não é assim tão rentabilizado...”

			<p>- “a lei prevendo não quer dizer que seja aplicado, não é?”</p> <p>- “(E) – Pois. Ok. Portanto, então ainda não é implementada como...</p> <p>(P) – Não. Penso que não.”</p> <p>- “Eu penso que neste momento, o que se faz de justiça restaurativa ainda será muito residual.”</p>
		Comunidade 3	<p>- “Sim. Não isso, e eu tenho a visão do sistema no fundo desde a década de, de 80, do final da década de 80 em que vemos que, e a Lei Tutelar Educativa claramente trouxe ao de cima um modelo mais próximo, em que contempla claramente várias medidas res..., que se enquadram no campo da justiça...”</p>

	7.2. Práticas mais utilizadas	Comunidade 2	“tarefas a favor da comunidade. E essas contêm em si uma perspectiva restaurativa, não é?”
		Comunidade 3	<p>- “Tarefas a favor da comunidade”</p> <p>- “acompanhamento educativo que voltou a crescer”</p>

	7.3. Práticas menos, pouco utilizadas	Comunidade 2	<ul style="list-style-type: none"> - “quando a lei tutelar educativa saiu e entrou em vigor, institucionalmente foi preparado mesmo um manual de mediação e de reparação...” - “Que ainda está em vigor e que era precisamente um manual que preconizava e regulava os procedimentos” - “essa intervenção nunca foi digamos...significativa. Nuca teve assim... Nunca foi consolidada.” - “Esse manual que falei há pouco da mediação e da reparação, previa que antes de fazermos o relatório, não em todas as situações, mas naquelas que estavam previstas nesse mesmo manual, pudéssemos à consideração do tribunal a possibilidade, em vez de fazermos o relatório, fazemos uma mediação e então depois comunicamos o resultado da mediação. Isso acabou por nunca se tornar um uso, não é? “ - “A lei também prevê uma medida tutelar educativa que se chama mesmo reparação ao ofendido e que não é tão aplicada quanto se poderia supor”
		Comunidade 3	<ul style="list-style-type: none"> - “frequência de programas formativos que “tá muito baixa”

	7.4. Razões que justificam a escassez de aplicação de práticas restaurativas	Comunidade 1	- “eu acho que estamos muito aquém ou que era preciso efetivamente”
		Comunidade 2	<p>- “se o tribunal não determinava a mediação, nós não tínhamos a possibilidade de fazer por iniciativa própria mediação.”</p> <p>- “Poderíamos em algumas circunstâncias propô-la ao tribunal e se ela viesse diferida então passaríamos à mediação. Esse pró procedimento passou a verificar-se que não era compatível com... quer com os volumes de processos de trabalho, quer com os próprios procedimentos que depois o próprio tribunal vai assumindo, não é? “</p> <p>- “Penso que também nem todas as situações são passíveis de se passar por um processo destes, de maneira nenhuma.”</p>

	7.5. Tipos de crime em que as práticas são mais implementadas	Instituição 2	<ul style="list-style-type: none"> - “Estamos a falar de casos muito pequenos” - “Um pequeno acidente que houve, danificou-se qualquer coisa sem querer, portanto a este nível.”
		Comunidade 2	<ul style="list-style-type: none"> - “Nomeadamente no tipo de crime de danos mais diretos, em que o próprio lesado é também quem promove a queixa junto do tribunal. Eventualmente poder-se-ia aplicar mais vezes a reparação ao ofendido.” - “Isto se calhar seria o ideal em delitos de menor gravidade...”
	7.6. A vítima não é atendida nas práticas restaurativas	Instituição 2	<ul style="list-style-type: none"> - “raramente tenho contacto com vítimas”
		Comunidade 2	<ul style="list-style-type: none"> - “As medidas em que a vítima nunca é chamada em momento nenhum.” - “Nunca a vítima é chamada na execução destas medidas.” - “Seria no âmbito, nomeadamente, da reparação ao ofendido, mas também se por ventura é aplicada essa medida, que eu me lembre houve aqui uma, ao longo destes... Aqui já estou nesta equipa há 6 anos, houve uma...”

8. Experiências e Significados dos jovens ofensores em relação às práticas restaurativas	8.1. Valorização destas práticas	Instituição 1	<p>- “eles até poderão nem reconhecer e com os jovens pelo menos numa fase inicial a perspetiva é muito essa, portanto, eles não reconhecem o quão importante é a intervenção após a prática de crimes, no sentido da responsabilização sobre a prática, da aquisição de competências e de...basicamente da responsabilização de não queremos estar aqui.”</p> <p>- “Eu não sei se eles têm sequer conhecimento, exceto aquela noção que eles podem ter da desculpa à pessoa, mas muito pelo pagar, eles falam muito no pagar e no pedir desculpa, mas não há assim muito mais que eles possam dizer porque também não conhecem.”</p> <p>- “E: ok! Portanto, se há uma valorização por parte deles, é difícil... P: é, pelo menos numa fase inicial, não é algo que eles podem dizer por ser socialmente desejável, alguns miúdos, outros já não diriam...”</p> <p>- “sim, alguns por ser socialmente desejável, outros pouco porque entendem que sim. Em fases mais avançadas da intervenção eu imagino que sim, que seria uma medida que eles abririam, e que valorizavam.”</p>
		Instituição 2	<p>- “E o agressor, nestes casos, nos nossos casos de intervenção, de intervenção tutelar educativa, é necessário fazer algum</p>

			<p>trabalho inicial para que efetivamente esta, esta, esta vertente se possa ter algum reflexo”</p> <p>- “Podemos dizer que o nível de hostilidade à medida é sempre baixo.”</p> <p>- “desde que o jovem adquira níveis de estruturação que o permitam fazer, com certeza que se pode fazer... Até podem entender... Se eu chamar aqui um jovem e disser assim “olha, tu agora fizeste isto e vais fazer isto, não te importas?”, ele é capaz de dizer que sim “Ah, não me importo”. Mas não se trata disso, trata-se efetivamente de valores e das coisas ficarem estruturadas.”</p> <p>- “Nós podemos admitir que sim”</p>
		Instituição 3	<p>- “Vi de facto pessoas, jovens que queriam pedir desculpa, que queriam mostrar o seu arrependimento”</p> <p>- “E alguns jovens de facto mostravam essa vontade, por exemplo quando, sei lá, os insultos às funcionárias da escola que até gostavam, mas houve um dia que as insultaram, as ameaçaram e disseram que iam fazer isto e aquilo, e quando viam essas pessoas (risos) surgia...ah, não entendiam muito, querem dizer alguma coisa? E eles...ah quero, quero pedir desculpa àquela senhora! (risos) Não é?! E surgia naturalmente! Eu vi isso várias vezes a acontecer. Surgia naturalmente o desejo de pedir desculpa, de se retratar...”</p>

		<p>Comunidade 1</p>	<p>- “E aqui são miúdos que tendo estas características e, que perante este tipo de proposta, eles próprios também percebem que é uma forma bem mais confortável de resolução do conflito, não é?”</p> <p>- “Portanto, tudo isto é facilitador de não só o próprio resolver esta questão, conseguir, não é?... E com os outros, não é? Tem impacto. Na família, o facto de ter um inquérito tutelar educativo, tem impacto nos outros meios que ele integra, daí que ele próprio percebe que é uma forma bem mais confortável de resolver a situação. Logo ao estar disponível, não é?...”</p> <p>- “É visto como uma oportunidade.”</p>
--	--	----------------------------	--

		<p>Comunidade 2</p>	<p>- “Há medidas que temos aqui uma percentagem de sucesso elevadíssima...”</p> <p>- “E há outras que a percentagem de sucesso já é mais reduzida porque a própria medida ao ser aplicada aquele jovem, é porque também já se tratava de um jovem com uma estrutura mais complexa, ou se quisermos, a necessitar de níveis de intervenção um bocadinho mais elevados, se estivermos a falar em intensidade, e para os quais se calhar ele já não estava previamente muito disposto, mas digamos que isso também é variável.”</p> <p>- “Eu penso que a maioria dos ofensores não tem a perspetiva da vítima e com isto quero dizer o quê? Nós fazemos aqui um trabalho de até no momento da acessoria para a tomada de decisão, temos muitas vezes a necessidade, para perceber qual o impacto, como é que ele lê a prática dos factos, e daí nós retiramos, eu retiro muitas vezes a conclusão que eles de facto não fazem o treino de se colocar do ponto de vista do outro.”</p> <p>- “aproveitamos logo para nesse momento, para ser um momento um bocadinho mais, se quisermos, que permita um bocadinho uma introspeção...”</p> <p>- “Levá-los a refletir e, de facto, muitas vezes nota-se que é a primeira vez que estão a tomar, que estão a ter essa perceção. Penso que nestas idade têm muito pouco desenvolvida essa</p>
--	--	----------------------------	--

			<p>capacidade de se deixarem de estar autocentrados, para se colocarem no ponto de vista do outro. Portanto, também é uma competência que está em desenvolvimento, a capacidade de descentração. Mas traduzida no ato em si, muitas vezes não se puseram no ponto de vista do outro.”</p> <p>- “Sim (valorizam).”</p> <p>- “Eles conseguem perceber muito bem, com muita facilidade, que embora digamos o prejuízo, o dano, a ofensa que terão desenvolvido junto de uma determinada pessoa, que ao transporem para uma atividade em benefício da sociedade no seu todo, com um carácter quase até de voluntariado, eles acolhem isso com muita satisfação e reconhecem que é justo. Eles usam muitas vezes essa expressão, “é justo eu fazer isto” “</p> <p>- “há medidas que temos taxas de sucesso elevadíssimas, as tarefas a favor da comunidade é uma dessas medidas. Porque os jovens percebem-nas muito bem, percebem qual é a finalidade da medida, aderem e porque de facto têm também oportunidade junto destas entidades, que são por nós seleccionadas. Têm oportunidade de estarem num espaço que os acolhe não numa perspectiva sancionatória, mas numa perspectiva de integração de lhes dar oportunidade de contactar espaços e experiencias novas e portanto, para a grande maioria, é uma experiência muito gratificante, pedagógica e penso que os ajuda a crescer.”</p>
--	--	--	--

	8.2. Adesão	Instituição 1	- “eu penso que se adeririam, se lhes fossem propostas eu penso que sim, penso que sim.”
		Instituição 2	- “Sim, na maioria dos casos.” - “Na maioria dos casos adere. Podemos dizer que nas fases iniciais a adesão é mais...o nível de adesão é mais baixo, o que é normal, pronto.” - “Mas depois com o tempo irá aderindo” “Podemos dizer que a maioria, que a maioria adere.”
		Comunidade 1	- “Sim. Quando se percebe e quando lhe é proposto...” - “Porque se antecipa, lá está, os tais critérios, se reúne ou não aquelas condições” - “Adere. (o jovem adere)”
		Comunidade 2	- “Sim, sim (adere)” - “temos uma pluralidade de situações, mas na grande maioria e sobretudo no momento inicial, revela ou verbaliza estar disposto a colaborar.”

	8.3. Resistência-Rejeição	Instituição 2	- “Haverá sempre uma percentagem pequena que a hostilidade vai-se mantendo, que adesão será um bocado mais baixa.” - “Por questões que têm a ver com o comportamento, questões que têm a ver com patologias, questões que têm a ver que com
--	----------------------------------	----------------------	--

			o próprio, com as próprias características e perfil que não permite atingir mais resultados neste contexto” - “E há os que vão cumprindo porque têm de cumprir.”
		Comunidade 1	- “No limite a pessoa pode dizer que não.” - “Que não quer, que não está disponível, que não vê sentido nenhum, que rejeitem em absoluto, não quer voltar a olhar para a vítima, por exemplo.” - “Há situações de suspensão de processo, com execução de determinado plano de conduta, que não é cumprido.”
11. Benefícios/Impacto positivo das práticas restaurativas	11.1. Para as vítimas	Instituição 1	- “Mas imagino que muitas pessoas precisem deste tipo de abordagem, hum...portanto, acho que por aí seria uma vantagem para elas. Imagino que seria um processo menos moroso do que se continuasse pela via judicial...”
		Instituição 2	- “mas entendo que se, neste caso, se a vítima também estiver preparada, entendo que é possível a confrontação, pelo menos em termos da abordagem do assunto, pode ser também importante para a vítima. “
		Comunidade 1	- “Se é alguém que percebe que é possível resolver a situação de que foi alvo, que foi vítima, nesses moldes sim.”

		Comunidade 2	<p>- “Se a vítima também vai colaborar no processo de conciliação e de chegar a um acordo, não é, é que se sente retratada e ressarcida nesse mesmo acordo. “</p> <p>- “tem oportunidade também de, enfim, de fazer, de mostrar as suas aspirações, o que é que espera...”</p>
		Comunidade 3	<p>- “Com um papel ativo de reparação à própria vítima e há aqui uma possibilidade de maior construção, ou seja, a medida em si, seja ela qual for, no âmbito de um modelo que privilegie a justiça restaurativa acaba por ser um modelo que leva à co-construção do próprio processo e da própria medida.”</p>

	11.2. Para os ofensores	Instituição 2	<p>- “todas as opções, desde que devidamente enquadradas, desde que sejam feitas com fundamentos sólidos, se aplicam (é vantajoso).”</p> <p>- “Estamos a falar de gente que está a crescer e que à luz da lei é abordada de determinada forma, de uma forma especializada, por assim dizer. Portanto, os pressupostos fazem sentido.”</p> <p>- “Relativamente aos ofensores, sim. Se tiverem efetivamente preparados, se já tiverem em estádios de evolução que permitam fazer essa abordagem, senão é chegar lá e portanto... Admitimos perfeitamente que possa ser feita.”</p> <p>- “Respeitar pessoas e bens, pronto seria um bocado isto.”</p>
--	--------------------------------	----------------------	--

			<p>- “É que não respeitar pessoas e bens tem consequências. E as consequências são mais graves quanto mais idade tivermos. Isso é uma noção perfeitamente clara. Saem com uma noção perfeitamente clara. Também saem com a noção que têm, que podem fazer escolhas boas e escolhas más”</p>
		Comunidade 1	<p>- “não vai, ou seja, de alguma forma... Se diferentes partes entram num acordo, não é, de reparação, da resolução do conflito...”</p> <p>- “impedir-se-á que o processo progrida para uma fase jurisdicional e que haja aqui toda uma conotação, estigmatização, redução de custos, etc.”</p> <p>- “é uma figura de desjudicialização”</p> <p>- “será produtivo porque será um processo que evitará estigmatização, permitirá uma resolução mais adequada para ele próprio da resolução do conflito...”</p> <p>- “E para o ofensor, se é alguém que percebe que cometeu um erro, não é, ao permitir-se perceber que ajudou-se na sua resolução, que resolveu, isso é sempre positivo.”</p> <p>- “acho que é benéfico para as partes envolvidas.”</p>
		Comunidade 2	<p>- “Sim. Tem que ser. Tem que ser. E vantajosa, o que é que entendemos pela palavra vantajosa? No sentido se ele tira algum proveito em termos de desenvolvimento pessoal, só nesse sentido.”</p>

			<p>- “O ofensor, ajuda-o a reformular as suas cognições, a entender o que é que é o ilícito, entender o que a sociedade espera do seu comportamento. Acho que ajudará, deverá ser um momento potenciador de uma reflexão, não é, e que acrescente algo ao ofensor.”</p> <p>- “é uma boa oportunidade.”</p>
		Comunidade 3	<p>- “a primeira vantagem é não haver a privação de liberdade”</p> <p>- “Isso só por aí é, é, é a questão máxima, logo essa é a primeira vantagem à cabeça.”</p> <p>- “e para o ofensor só isso é uma mais-valia”</p> <p>- “todo o trabalho em que ele próprio participa, na própria construção da medida e, e o próprio patamar em que ele se coloca na comunidade.”</p> <p>- “poderá levar na maior parte dos casos também a uma maior prevenção da reincidência.”</p> <p>- “a prevenção da reincidência é daqui dos, dos ganhos que está demonstrado pelos mais...variados estudos, que as medidas de justiça restaurativa mais trazem...aos próprios ofensores”</p>
	11.3. Para a comunidade	Comunidade 2	<p>- “Penso que sempre deixará, penso eu, ficará a marca mesmo em termos sociais do que, por exemplo, uma justiça meramente retributiva ou uma justiça de carácter mais sancionatório, não é?”</p>

12. Impacto negativo das práticas restaurativas	12.1 Para as vítimas	Instituição 1	<p>- “Imagino que quer para a vítima quer para o ofensor, o mediador poderá, portanto é uma peça importante e em algumas poderá...hum... como é que hei de dizer isto...poderá levar quer a vítima, se não for feito de forma correta, não é, poderá levar a vítima ou o ofensor a assumir determinados comportamentos, determinada linha de negociação que seja contrária à sua vontade, quer da vítima quer do ofensor.”</p> <p>- “aí eu vejo dificuldades para algumas vítimas...e eu vejo quando vou depor em tribunal muitas vezes as vítimas pedem ou para serem ouvidas por vídeo conferência ou então o ofensor não estar na sala enquanto elas prestam declarações porque é um impacto muito, muito complicado mesmo.”</p>
		Instituição 2	<p>- “Dos poucos contactos que tenho tido com vítimas, ao longo destes anos, a ideia que eu tenho é que o...por assim dizer, o sentimento de insegurança e de medo é muito elevado, muito grande.”</p> <p>- “quase que diria que nalgumas seria um estado de terror”</p> <p>- “Quanto às desvantagens, poderá ser como tudo. Poderá haver e poderá não haver. Aqui a grande desvantagem será se ambas as partes não tiverem preparadas. “</p>
		Comunidade 1	<p>- “Não me parece que haja desvantagens a menos que a própria identifique essas mesmas desvantagens.”</p>

			<ul style="list-style-type: none"> - “De se expor, de não se sentir minimamente confortável em estar perante o agressor...” - “pode haver momentos ou situações, ou pessoas, que considerem isso uma segunda agressão até.”
		Comunidade 2	<ul style="list-style-type: none"> - “muitas vezes, eu acho que as pessoas se sentem duplamente vitimizadas a irem novamente para tribunal, a exporem o assunto, etc.” - “Muitas vezes, pela aplicação de uma sanção ou nem que seja de uma, vamos imaginar que houve lai prejuízo em termos de dinheiro, tem que ser uma retribuição pecuniária e às vezes a vítima sente que isso não é suficiente. “ - “Ou até nem é esse tipo de retribuição que a compensa do seu aspeto emocional, do seu aspeto afetivo, tudo aquilo que mexeu com ela.” - “quer dizer a vítima também terá de estar disponível e predisposta a enfrentar o seu ofensor, que eu acredito que em certas situações não é possível de todo...” - “precisará se calhar de uma preparação, de uma avaliação se de facto há ali condições para... Porque eu também penso o seguinte, se em termos conceptuais a medida restaurativa trará mais, trará benefícios para ambas as partes, no sentido do crescimento pessoa, etc., etc. Também pode ser desastrosa se utilizada no contexto em que não há condições para. “

		<p>Comunidade 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - “As, as desvantagens partem também, quer p’a vítima, quer p’o ofensor, da própria, poderão estar associadas às representações que vítimas e agressores também fazem sobre o sistema de justiça” - “Em relação às desvantagens p’ràs vítimas pode ser, de facto, os crimes cometidos e as vítimas sentirem-se novamente ameaçadas por terem de enfrentar o, o agressor...e também precisarem de um tipo de intervenção para o qual se calhar podem não ter o devido acompanhamento.” - “Porque realmente é solicitada a sua intervenção, a sua participação, mas é preciso pensar, dependendo dos crimes e dependendo da forma como a vítima sentiu o próprio crime, o quê que ela necessita...e ouvir mais a vítima nesse aspeto.” - “às vezes a participação das vítimas pode ser muito positiva, mas tem que se acautelar também...a, a, esta questão das representações, das perceções e dos, da, da, pode ser sentida como uma ameaça e porquê que agora me vêm incomodar p’ra eu ter de estar envolvida novamente nisto, ou ter algum acompanhamento ou, ou aceitar um pedido de desculpas quando eu não quero saber mais disto” - “Outra questão que pode ser muito uma desvantagem p’ra vítima, e também para o ofensor...é quando há um desfasamento muito grande no tempo...entre a prática dos atos
--	--	--

			e depois a aplicação da medida.”
	12.2. Para os ofensores	Instituição 1	- “Imagino que quer para a vítima quer para o ofensor, o mediador poderá, portanto é uma peça importante e em algumas poderá...hum... como é que hei de dizer isto...poderá levar quer a vítima, se não for feito de forma correta, não é, poderá levar a vítima ou o ofensor a assumir determinados comportamentos, determinada linha de negociação que seja contrária à sua vontade, quer da vítima quer do ofensor. “
		Instituição 2	- “Quanto às desvantagens, poderá ser como tudo. Poderá haver e poderá não haver. Aqui a grande desvantagem será se ambas as partes não tiverem preparadas.”
		Comunidade 1	- “Não me parece que haja desvantagens.”
		Comunidade 2	- “desvantagens neste momento é um bocadinho mais difícil de...” - “Possivelmente, por ser um processo que deverá demorar mais algum tempo, não é, sobretudo a questão da disponibilidade, de estar motivado para...”
		Comunidade 3	- “As, as desvantagens partem também, quer p’a vítima, quer p’o ofensor, da própria, poderão estar associadas às representações que vítimas e agressores também fazem sobre o sistema de justiça” - “se o ofensor considera que o, aquilo não, essa, uma medida de, de justiça restaurativa é algo que pode atuar, mas que não

			<p>tem qualquer efeito, ou desconsidera ou desvaloriza...é claro que não vai levar a sério a sua parte e que até pode ter uma adesão positiva à medida, mas depois não traz efeito.”</p> <p>- “Aquilo que eu penso que se pode ser a maior desvantagem é haver aqui uma desigualdade muito clara no país em termos dos recursos para a aplicação das medidas de justiça restaurativa...e termos os ofensores em plano de desigualdade perante determinadas regiões dos, do país, em que poderá ser mais fácil haver respostas e, por exemplo nas áreas metropolitanas do que fora delas.”</p> <p>- “Acho que p’ro ofensor o que pode acontecer é às vezes o tribunal decidir por outro tipo de medida por não haver recursos na comunidade. Aí o ofensor é claramente prejudicado e isto parte de um plano de desigualdade do próprio sistema no país.”</p> <p>- “Outra questão que pode ser muito uma desvantagem p’ra vítima, e também para o ofensor...é quando há um desfasamento muito grande no tempo...entre a prática dos atos e depois a aplicação da medida.”</p>
--	--	--	---